Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	6
5.4 - Alterações significativas	7
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	8
10.2 - Resultado operacional e financeiro	42
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	46
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	47
10.5 - Políticas contábeis críticas	48
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	50
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	51
10.8 - Plano de Negócios	52
10.9 - Outros fatores com influência relevante	53

5. RISCOS DE MERCADO

5.1. Riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxa de juros:

A Companhia está sujeita aos riscos de mercado no curso normal de suas atividades. Os principais são:

Risco de exposição cambial

A Companhia mantém operações no mercado externo expostas às mudanças nas cotações de moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011, essas operações apresentaram exposição passiva líquida conforme o quadro abaixo.

Dados consolidados (em R\$ mil)			
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2011
Contas a receber	9.229	8.447	4.198
Créditos de carbono a receber	-	4.378	6.378
Bancos conta vinculada	1.161	931	8.674
Adiantamento de clientes	(144)	(199)	(661)
Fornecedores	(548)	(81)	(123)
Captações (empréstimos e financiamentos)	(164.199)	(131.309)	(89.545)
Exposição líquida	(154.501)	(117.833)	(71.079)

^{*}Empréstimos e financiamentos captados em moeda estrangeira e convertidos em reais. Atualizados pelo valor justo das operações de Swap.

A exposição cambial total líquida em moeda estrangeira é equivalente a 25 meses das exportações tomando como base a média mensal das exportações realizadas no ano 2012, e 20 meses das exportações tomando como base a média mensal das exportações realizadas no ano de 2013. Como o maior valor das captações (empréstimos e financiamentos) em moeda estrangeira tem sua exigibilidade no longo prazo, a Companhia entende que gerará fluxo de caixa em moeda estrangeira suficiente para quitação de seu passivo de longo prazo em moeda estrangeira.

A Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros. Com isso, desenvolvemos uma análise de sensibilidade, conforme determinado pela Instrução CVM n° 475, que requer que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, além de um cenário base. Estes cenários poderão gerar impactos nos resultados e/ou nos fluxos de caixa futuros da empresa e no patrimônio líquido, conforme descrito abaixo (consolidado):

- 1 Cenário base: manutenção da taxa de câmbio, em níveis próximos aos vigentes no período de elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.
- 2 Cenário adverso: deterioração de 25% da taxa de câmbio em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2013.
- 3 Cenário remoto: deterioração de 50% da taxa de câmbio em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2013.

Operação	Saldo 31.12.13		enário base anho (perda)	-	enário adverso anho (perda)	-	enário remoto anho (perda)
	US\$	Taxa	R\$	Taxa	R\$	Taxa	R\$
Ativos							
Contas a receber	5.105	2,44	482	3,05	3.592	3,66	6.703
Passivos							
Contas a pagar	(295)	2,44	(28)	3,05	(208)	3,66	(387)
Captações (empréstimos e financiamentos*)	(64.983)	2,44	(6.134)	3,05	(45.725)	3,66	(85.323)
Efeito líquido			(5.680)		(42.341)		(79.007)

^{*} As operações de empréstimos e financiamentos contratadas em euro estão contempladas na análise de sensibilidade do dólar juntamente com as demais operações por se tratarem de operações sem grande valor material.

Esta análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado de câmbio sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Cabe lembrar que foram utilizados os saldos constantes em 31 de dezembro de 2013 como base para projeção de saldo futuro. O efetivo comportamento dos saldos de dívida e dos instrumentos derivativos respeitará seus respectivos contratos, assim como os saldos de contas a receber e a pagar poderão oscilar pelas atividades normais da Companhia e de suas controladas. Não obstante, a liquidação das transações

envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises. A Companhia procura manter as suas operações de captações, e de instrumentos derivativos expostos à variação cambial, com pagamentos líquidos mensais equivalentes aos recebimentos provenientes das suas exportações. Quando há precisão de que em determinado mês os pagamentos em moeda estrangeira superarão os recebimentos em moeda estrangeira proveniente de suas exportações, a Companhia busca proteção através da manutenção, em aplicação financeira, de recursos financeiros em moeda estrangeira para fazer frente ao excedente dos pagamentos previstos. Eventualmente a Companhia pode contratar instrumento financeiro derivativo para proteção do seu fluxo de caixa. Desta forma a Companhia busca proteger seu fluxo de caixa das variações do câmbio, e os efeitos dos cenários acima, se realizados, não deverão gerar impactos relevantes no seu resultado.

Risco de taxas de juros e índice de inflação sobre operações financeiras

A Companhia pode ser impactada por alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição ao risco de taxas de juros se refere, principalmente, à mudança nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo do BNDES), CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários), SELIC, EURIBOR (Euro Interbank Offered Rate), LIBOR (London Interbank Offered Rate) ou IPCA (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo).

A análise de sensibilidade calculada para o cenário base, cenário adverso e cenário remoto, sobre os contratos de captações que tem base de juros indexados está representada conforme abaixo (consolidado):

- 1 Cenário base: manutenção das taxas de juros, em níveis próximos aos vigentes no período de elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.
- 2 Cenário adverso: correção de 25% das taxas de juros em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2013.
- 3 Cenário Remoto: correção de 50% das taxas de juros em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2013.

Operação			Cenário Ganho (p		Cenário ao Ganho (p		Cenário r Ganho (p	
	Indexador	Saldo 31.12.13	Taxa % a.a	R\$	Taxa % a.a	R\$	Taxa % a.a	R\$
Caixa e equivalentes de caixa							•	
CDB	CDI	131.221	10,27%	667	12,84%	4.090	15,41%	7.513
Captações								
Capital de Giro	CDI	85.593	10,27%	(477)	12,84%	(2.927)	15,41%	(5.377)
Debêntures	CDI	168.435	10,27%	(842)	12,84%	(5.167)	15,41%	(9.491)
BNDES	TJLP	63.937	5,00%	-	6,25%	(799)	7,50%	(1.598)
Capital de Giro	IPCA	72.097	5,91%	-	7,39%	(1.065)	8,87%	(2.130)
Financiamento Moeda Estrangeira	Libor	22.844	34,00%	7	0,42%	(12)	0,50%	(31)
Efeito Líquido no Resultado		544.127	_	(645)	_	(5.880)		(11.114)

Riscos de crédito

As vendas financiadas da Companhia são administradas através de política de qualificação e concessão de crédito. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face às eventuais perdas na realização destes. As contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes de diferentes setores e áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber e, quando apropriado, a Companhia solicita uma cobertura de garantia de crédito aos nossos clientes. Qualquer deterioração do risco de crédito de clientes ou descasamento entre as taxas e termos pelos quais a Companhia contrata e concede crédito poderá causar um efeito adverso relevante sobre a situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

Risco de liquidez

A Administração monitora o nível de liquidez considerando o fluxo de caixa esperado, que compreende caixa, aplicações financeiras, fluxo de contas a receber e a pagar e pagamento de captações. A política de gestão de liquidez envolve a projeção de fluxos de caixa nas principais moedas utilizadas e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências de suas políticas internas e compromissos com terceiros e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia, no balanço consolidado, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros pré-fixados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2013 para os juros pós-fixados e taxas de câmbio e os detalhes do prazo de vencimento esperado para os ativos financeiros não derivativos não descontados (i.e.: seguem os detalhes do prazo e vencimentos previstos para ativos e passivos), incluindo os juros que serão auferidos a partir desses ativos, que são considerados pela Companhia. A inclusão de informação sobre ativos financeiros não derivativos é

necessária para compreender a gestão do risco de liquidez da Companhia, uma vez que ela é gerenciada com base em ativos e passivos líquidos.

(dados consolidados - R\$ mil)	2014	2015	2016	2017	acima 2018
Passivos					
Fornecedores	90.575	-	-	-	-
Empréstimos	122.650	93.750	157.108	63.437	52.010
Debêntures	58.589	52.499	32.534	32.495	33.311
Outros Passivos	10.260	4392	4.122	5.002	26.643
	282.074	150.641	193.764	100.934	111.964
Ativos		_			
Caixa e Equivalentes	135.005	-	-	-	-
Bancos Conta Vinculada	2.730	-	-	-	-
Clientes a Vencer	118.386	-	-	-	-
Renegociação de Clientes	7.186	986	638	182	28
Outros ativos	4.896	-	-	-	-
	268.203	986	638	182	28
	(13.871)	(149.655)	(193.126)	(100.752)	(111.936)

Bancos Conta Vinculada (Banco do Brasil Nova York): representam valores retidos para garantia de amortização de parcelas trimestrais de empréstimo oriundas de Pré Pagamento de Exportação firmado com Credit Suisse referente à parcela com vencimento em fevereiro de 2013. Por ocasião de repactuação de contrato objeto da retenção realizada em 27 de abril de 2012, até novembro de 2014 serão exigidos somente os juros do contrato.

<u>Outros ativos</u>: São representados por contas a receber de clientes em renegociação e créditos a receber de funcionários, ambos a serem realizados nos períodos informados acima.

Os valores incluídos acima para instrumentos pós-fixados ativos e passivos financeiros não derivativos estão sujeitos à mudança, caso a variação nas taxas de juros pós-fixadas difira dessas estimativas apuradas no final do período de relatório. Qualquer deterioração do risco de liquidez da Companhia poderá causar um efeito adverso relevante sobre sua situação financeira e seus resultados operacionais.

Risco Político

Exceto pelas vendas no exterior, todas as operações da Companhia são conduzidas no Brasil. Assim, as condições financeiras e resultados operacionais da Companhia dependem, de certa maneira, das condições políticas e econômicas brasileiras. Os negócios, condição financeira e resultados operacionais podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por fatores econômicos gerais, incluindo:

- liquidez do capital interno e dos mercados de crédito;
- disponibilidade de mão de obra qualificada;
- políticas que impactam na infraestrutura de logística no Brasil;
- política fiscal;
- outras alterações políticas, diplomáticas, sociais e econômicas que afetam o Brasil; e
- inflação.

Historicamente, o cenário político do Brasil tem sido influenciado no desempenho da economia do país e crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral. O desenvolvimento futuro de políticas do governo brasileiro e/ou incertezas sobre quando tais políticas e regulamentações podem ser implementadas está fora do controle da Companhia e pode ocasionar em um efeito adverso para a Companhia. Além disso, o governo brasileiro tenta impedir a ocorrência de condições anormais de mercado, tais como especulação nos preços de fornecimento e na taxa de câmbio, intervindo frequentemente na economia brasileira e ocasionalmente realizando alterações significativas nas políticas e regulamentação.

Risco de Inflação

O Brasil tem também historicamente experimentado altas taxas de inflação. A inflação, bem como os esforços do governo para combatê-la, tiveram efeitos negativos significativos na economia brasileira, principalmente antes de 1995. As taxas de inflação foram de 5,9% em 2010, 6,5% em 2011, 5,8% em 2012 e de 5,9% em 2013, de acordo com Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Os custos de caixa e despesas operacionais da Companhia são substancialmente feitos em Reais e tendem a aumentar com a inflação brasileira, uma vez que os fornecedores e prestadores de serviços da Companhia geralmente aumentam os preços para refletir a desvalorização da moeda. A inflação, as ações de combate à inflação e a especulação pública sobre possíveis medidas adicionais também podem contribuir significativamente para a

incerteza econômica no Brasil e, consequentemente enfraquecer a confiança dos investidores no Brasil, influenciando, assim, a capacidade da Companhia de acessar os mercados financeiros e de capitais. A Companhia pode, também, não ter capacidade de repassar para seus clientes a inflação verificada em seus custos e despesas.

Risco de Redução do Crescimento Econômico

A demanda dos produtos da Companhia está, diretamente, relacionada à atividade econômica geral, em especial ao setor de consumo doméstico brasileiro. Uma redução contínua no crescimento econômico do país, do setor de consumo nacional ou do nível de atividade nos mercados em que a Companhia opera, pode afetar a demanda e o preço de seus produtos de modo adverso e causar efeitos materiais adversos à Companhia. A deterioração das condições econômicas brasileiras pode, entre outras coisas:

- causar impactos negativos sobre a demanda de embalagem papelão ondulado e papéis para embalagens ou reduzir os preços de mercado dos produtos, o que pode resultar em uma redução contínua das vendas, lucros operacionais e fluxos de caixa da Companhia;
- dificultar ou tornar custosos para a Companhia a obtenção de financiamento para suas operações, investimentos ou o refinanciamento de suas dívidas no futuro;
- fazer com que os financiadores da Companhia dificultem ou encareçam a obtenção de quaisquer concessões técnicas ou outras em contratos de dívidas, à medida que a Companhia procure obtê-los no futuro;
- prejudicar a situação financeira de alguns dos clientes, fornecedores ou contrapartes nos instrumentos derivativos da Companhia, aumentando as dívidas incobráveis dos clientes, ou o não desempenho por parte dos fornecedores ou contrapartes;
- reduzir o valor de alguns dos investimentos realizados pela Companhia; e
- prejudicar a viabilidade financeira dos seguros contratados pela Companhia.

5.2. Política de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia, objetivos, estratégias e instrumentos:

- a) Riscos para os quais se busca proteção, b) estratégia de proteção patrimonial (hedge), c) instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (hedge), d) parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos, e) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge), f) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos e g) adequação da estrutura operacional de controles internos para verificação da efetividade da política adotada
- a) A Companhia busca proteção em relação à exposição e à variação cambial e ao risco de liquidez dos mercados de crédito.
- b) A Companhia procura manter iguais as receitas e despesas de operações em moeda estrangeira, buscando mitigar impacto de riscos cambiais no seu fluxo de caixa. A Companhia também procura níveis adequados de endividamento em relação à sua geração de caixa buscando mitigar riscos de falta de liquidez nos mercados de crédito.
- c) Eventualmente a Companhia utiliza derivativos cambiais (NDF, Swap, ou outro semelhante) buscando proteção do seu fluxo de caixa às variações cambiais. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não tinha contratado nenhum instrumento financeiro derivativo a valor justo.
 - Atualmente a Companhia possui o seguinte derivativo financeiro vinculado a operações de captação (reconhecido diretamente no resultado):
 - Instrumento financeiro derivativo vinculado a operações de captações Swap de Fluxo de Caixa com Banco Itaú BBA, que tem por objetivo modificar a remuneração e riscos associados a taxa de juros da operação contratada na mesma data entre as partes em contrato de CCE Cédula de Crédito a Exportação. O valor de referência atribuído em 23 de março de 2012, data de sua contratação, foi de R\$ 40.000 mil, equivalente a USD 21.990 mil na data de transação, e vem diminuindo conforme ocorrem os vencimentos das parcelas previstas no contrato a ele atrelado até o vencimento final em março de 2017.
- d) Os riscos cambiais são mitigados mantendo como parâmetro as receitas e despesas em moeda estrangeira iguais ao longo do ano. Os riscos de crédito são mitigados usando como parâmetro a referência (meta) dívida líquida x EBITDA Ajustado de 2,5 vezes, circunstancialmente, em fase de investimentos, é admitido um índice de alavancagem maior, até o limite de 4 vezes e que vem sendo progressivamente buscado pela Companhia, a manutenção de saldos de aplicações financeiras de liquidez imediata e prazos de pagamento dos empréstimos e financiamentos alongados conforme Política aprovada pelo Conselho de Administração.
- e) Não há além do informado no item c.
- f) A Companhia possui uma estrutura organizacional específica para o controle e gerenciamento de riscos, denominada Gestão de Riscos e Controles internos, que integra a Superintendência de Estratégia e Gestão (criada em 2013), ligada ao Diretor Presidente. Esta área está voltada à prática da gestão de riscos e controles internos, identificando os riscos corporativos e classificando-os conforme as perspectivas estratégias, operacionais, financeiras e de conformidade.
- g) A área administrativa e financeira da Companhia busca o cumprimento das regras acima e reporta os indicadores periodicamente ao Conselho de Administração.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. Alterações significativas nos principais riscos de mercado ou na política de gerenciamento de risco em relação ao último exercício social:

No último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado ou no monitoramento de riscos adotado pela Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4. Outras informações relevantes:

Todas as informações relevantes conhecidas já foram divulgadas acima.

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais para cumprir com todas as suas obrigações de curto e longo prazo, gerindo suas estratégias financeiras e de negócio.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, a receita líquida de venda de bens e/ou serviços consolidada da Companhia foi de R\$ 604.241 mil, representando um crescimento de 25,0% em relação ao mesmo período de 2012. O lucro líquido consolidado da Companhia, em 2013, foi de R\$ 67.408 mil, 155,5% superior ao lucro líquido de 2012 que foi de R\$ 26.381 mil, principalmente em função do aumento nos volumes de vendas e os reflexos da adesão ao programa REFIS da Lei 11.941/09 na controlada São Roberto S.A. O EBITDA Ajustado Consolidado foi de R\$ 126.210 mil, apresentando incremento de 9,3% em 31 de dezembro de 2013 quando comparado a R\$ 115.422 mil em 31 de dezembro de 2012. Com isso a margem do EBITDA Ajustado Consolidado da Companhia foi de 20,9% em 2013 contra 23,9% em 2012. A relação dívida líquida/EBITDA Ajustado consolidada que era de 2,69 vezes em 2012, passou para 3,61 vezes em 2013, influenciada pelo aumento dos patamares de endividamento assumidos com a consolidação das operações da controlada São Roberto S.A. Em 31 de dezembro de 2013, 27,3% do total do endividamento consolidado da Companhia estava no curto prazo, no montante de R\$ 172.746 mil, conforme demostrado no item 10.1. (f) abaixo, sendo que a soma do caixa e equivalentes de caixa e dos saldos de Bancos conta vinculada consolidados totalizavam R\$ 137.735 mil.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, a receita líquida de venda de bens e/ou serviços consolidada da Companhia foi de R\$ 483.449 mil, representando um crescimento de 2,5% em relação ao mesmo período de 2011. O lucro líquido consolidado da Companhia, em 2012, foi de R\$ 26.381 mil, 182% superior ao lucro líquido de 2011 que foi de R\$ 9.354 mil. O EBITDA Ajustado Consolidado foi de R\$ 115.422 mil, apresentando incremento de 4,4% em 31 de dezembro de 2012 quando comparado a R\$ 110.536 mil em 31 de dezembro de 2011. Com isso a margem do EBITDA Ajustado consolidado da Companhia foi de 23,9% em 2012 contra 23,4% de 2011. A relação dívida líquida/EBITDA Ajustado consolidada que era de 2,58 vezes em 2011, passou para 2,69 vezes em 2012. Em 31 de dezembro de 2012, 29,0% do total do endividamento consolidado da Companhia estava no curto prazo, no montante de R\$ 118.251 mil, conforme demonstrado no item 10.1 (f) abaixo, sendo que a soma do caixa e equivalentes de caixa e dos saldos de Bancos conta vinculada do ativo circulante e não circulante consolidados totalizavam R\$ 97.853 mil. Em 30 de novembro de 2012, a Companhia realizou a 2° emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, através de distribuição pública com esforços restritos de colocação no valor de R\$ 60.000 mil com prazo de vencimento de 5 anos.

Em 19 de abril de 2012 foi aprovado em Assembleia Geral de Acionistas, o desdobramento das ações da Companhia passando elas para 149.279.740 ordinárias e 12.810.260 preferenciais, assim como a distribuição de 25% do lucro líquido consolidado ajustado da Companhia, que, em 31 de dezembro de 2011, foi de R\$39.044 mil.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, a receita líquida de venda de bens e/ou serviços consolidada da Companhia foi de R\$471.614 mil, apresentando um crescimento de 6,5% em relação a 2010, cujo montante foi de R\$442.686 mil. Em 2011, o lucro líquido consolidado da Companhia foi de R\$9.354 mil, 72,8% inferior ao lucro líquido de 2010 que foi R\$34.360 mil. O EBITDA Ajustado consolidado foi de R\$110.536 mil, apresentando incremento de 19,9% em 31 de dezembro de 2011 quando comparado a R\$92.199 mil de 31 de dezembro 2010. Com isso a margem EBITDA consolidada foi de 23,4% em 2011 contra 20,8% de 2010. A relação dívida líquida/EBITDA consolidada que era 3,04 vezes em 2010, passou para 2,58 vezes em 2011. Em 31 de dezembro de 2011, 34,8% do total do endividamento consolidado da Companhia estava no curto prazo, no montante de R\$128.278 mil, sendo que a soma do caixa e equivalentes de caixa e dos saldos de Bancos conta vinculada do ativo circulante e não circulante consolidados totalizava R\$83.396 mil. Em 20 de junho de 2011, a Companhia emitiu Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) no valor de R\$90.000 mil com prazo total de 6 anos.

A Diretoria da Companhia entende que um índice de alavancagem operacional na casa das 2,5 vezes propicia uma estrutura de capital ideal, mantidos prazos médios de liquidação das dívidas em aproximadamente 30 meses e um saldo mínimo de caixa consolidado de aproximadamente R\$50.000 mil. Circunstancialmente, em fase de investimentos, é admitido um índice de alavancagem maior, até o limite de 4 vezes.

A tabela a seguir mostra um resumo dos principais índices de alavancagem financeira da Companhia para os exercícios e períodos indicados:

	31 de dezembro de	31 de dezembro de	31 de dezembro de
R\$ mil	2013	2012	2011
Dívida Líquida Consolidada ⁽¹⁾	495.751	310.377	285.345
EBITDA Ajustado Consolidado ⁽²⁾	126.210	115.422	110.536
Dívida líquida Consolidada/ EBITDA Ajustado Consolidado	3,61(3)	2,69	2,58

- (1) A Dívida Líquida é calculada conforme item 10.1 (b) deste Formulário de Referência.
- (2) EBITDA Ajustado é calculado conforme item 3.2 (c) do Formulário de Referência.
- (3) A Dívida Líquida/EBITDA Ajustado de 2013 é calculada com base no EBITDA proforma descrito abaixo.

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, comparativamente ao exercício de 2012, apresentamos o EBITDA Ajustado proforma, que considera as operações da controlada São Roberto como se estivessem integradas à IRANI desde janeiro de 2013, a fim de capturar o resultado anualizado para fins de comparabilidade:

		PROFURINA
Consolidado (R\$ mil)	2013	2012
Resultado Operacional antes de tributos e participações	42.793	(1.008)
Exaustão	21.386	19.220
Depreciação e Amortização	40.180	50.978
Resultado Financeiro	63.840	79.738
EBITDA	168.199	148.928
Margem EBITDA	24,1%	23,0%
Ajustes conf. Inst.CVM 527/12		
EBITDA da operação descontinuada (1)	-	7.002
Variação do valor justo dos ativos biológicos (2)	(20.107)	(36.767)
Stock Option/Participação dos administradores (3)	8.073	3.308
Eventos Não Recorrentes (4)	(18.810)	6.684
EBITDA Ajustado	137.355	129.155

¹ EBITDA da operação descontinuada: refere-se ao EBITDA gerado pela descontinuidade das operações da controlada Meu Móvel de Madeira – Comércio de Móveis e Decoração Ltda.

² Variação do valor justo dos ativos biológicos, por não significar geração de caixa no período.

³ Stock Option/Participação dos administradores: o stock option corresponde ao valor justo dos instrumentos e tem como contrapartida a Reserva de Capital no Patrimônio Líquido, e a participação dos administradores está relacionada à distribuição dos resultados da Companhia, sendo que nenhum dos dois representa desembolso de caixa no período.

⁴ Eventos não recorrentes referem-se a perda por *Impairment* de máquinas no valor de R\$ 4.590 mil, resultado positivo por adesão ao programa REFIS na controlada São Roberto S.A. no valor de R\$ 33.432 mil e, perda por outras movimentações de investimentos em controlada no valor de R\$ 2.248 mil.

b) estrutura de capital consolidada e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

(R\$ mil) Dados Consolidados	Em 31.12.2013	ah %	Em 31.12.2012	ah %	Em 31.12.2011
Total de dívidas*	633.486	55,2	408.230	10,7	368.741
Caixa e equivalentes de caixa	135.005	39,3	96.922	29,7	74.722
Bancos conta vinculada*	2.730	193,2	931	(89,3)	8.674
Dívida líquida	495.751	59,7	310.377	8,8	285.345
Patrimônio líquido	488.241	7,5	454.005	(2,2)	464.250
Capital social realizado	116.895	12,4	103.976	64,0	63.381
Índice de endividamento líquido	1,02		0,68		0,61

^{*}Total de dívidas: Composto por empréstimos e financiamentos, debêntures, CDCA e operação do CRI.

O patrimônio líquido consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 488.241 mil, o que significa um aumento de 7,5%, ou R\$ 34.236 mil, em relação ao patrimônio líquido consolidado em 31 de dezembro de 2012, principalmente em função do aumento de capital realizado pela controladora, e também, dos lucros gerados no exercício que tiveram parte retida no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2013, a dívida bruta consolidada da Companhia era de R\$ 633.486 mil, demonstrando uma estrutura de capital de 43,5% de capital próprio e 56,5% de capital de terceiros.

O patrimônio líquido consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 454.005 mil, o que significa uma redução de 2,2%, ou R\$ 10.245 mil, em relação ao patrimônio líquido consolidado em 31 de dezembro de 2011, principalmente em função do pagamento de dividendos intermediários à conta de reserva de lucros existentes no balanço anual levantado em 31 de dezembro de 2011 no valor de R\$ 14,3 milhões e do pagamento do direito de recesso em decorrência da alteração das vantagens das ações preferenciais ocorrido em junho de 2013 no valor de R\$ 6,8 milhões. Em 31 de dezembro de 2012, a dívida bruta consolidada da Companhia era de R\$ 408.230 mil, demonstrando uma estrutura de capital de 52,7% de capital próprio e 47,3% de capital de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2011, o patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R\$464.250 mil, o que significa uma redução de 0,63%, que equivale a R\$2.880 mil, em relação ao patrimônio líquido consolidado em 31 de dezembro de 2010, principalmente em função dos dividendos mínimos obrigatórios sobre o lucro líquido ajustado consolidado referente ao exercício encerrado em 2011, que foi de R\$9.761 mil. Além disso, em 2011, a Companhia diminuiu seu patrimônio líquido consolidado mediante recompra de ações de sua própria emissão que permanecem em tesouraria no montante de R\$1.761 mil. Em 31 de dezembro de 2011, a dívida bruta consolidada da Companhia era de R\$368.741 mil, demonstrando uma estrutura de capital de 55,7% de capital próprio e 44,3% de capital de terceiros.

A Diretoria da Companhia entende que os níveis de alavancagem atuais (capital de terceiros/capital próprio) estão adequados para uma estrutura de capital eficiente.

Em 28 de agosto de 2013 o Conselho de Administração aprovou um programa de recompra de ações no mercado de até 10% das ações em circulação para posterior cancelamento ou alienação. Tal plano de recompra de ações é válido até 27 de agosto de 2014. Até 31 de dezembro de 2013, a Companhia não havia realizado nenhuma recompra de ações de sua própria emissão no âmbito deste programa.

Na data deste Formulário de Referência, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 166.720.235 ações, dividido em 153.909.975 ações ordinárias e 12.810.260 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal. As ações foram desdobradas 1:20 conforme aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em 19 de abril de 2012. Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além daquelas legalmente previstas.

PÁGINA: 10 de 53

^{*}Bancos conta vinculada (Banco do Brasil Nova York e Banco Credit Suisse Brasil): representam valores retidos para garantia de amortização de parcelas de empréstimo oriundas de pré pagamento de exportação firmado com Credit Suisse e aplicação financeira retida em garantia de Swap de Fluxo de Caixa, respectivamente.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria da Companhia entende que seu fluxo de caixa operacional, incluindo suas disponibilidades de caixa e equivalentes e saldos de Bancos conta vinculada, e EBITDA Ajustado, nos patamares apresentados, permitem os pagamentos dos compromissos da estrutura de dívida da Companhia assumida no curto e no longo prazo, inclusive com relação aos índices financeiros (covenants) previstos nos contratos firmados pela Companhia, assumindo a não ocorrência de mudanças relevantes nos cenários econômico e de crédito nacional e internacional.

Como demonstrado no quadro 10.1(a) acima, a relação dívida líquida/EBITDA Ajustado consolidada manteve-se estável entre 2011 e 2012, passando de 2,58 vezes em 31 de dezembro de 2011 para 2,69 vezes em 31 de dezembro de 2012. Em 31 de dezembro de 2013, a relação dívida líquida/EBITDA Ajustado foi de 3,61 vezes, influenciada pelo aumento dos patamares de endividamento assumidos com a consolidação das operações da controlada São Roberto S.A.

Em 31 de dezembro de 2013, os financiamentos e outros passivos consolidados a serem cumpridos no exercício de 2014 correspondem a um valor de R\$282.074 mil, enquanto a receita líquida de venda de bens e/ou serviços consolidada da Companhia no ano foi de R\$604.241 mil e o conjunto dos ativos a receber consolidados entre eles, Caixa e Equivalentes, Banco Conta Vinculada e Contas a Receber de Clientes a vencer que representa R\$268.203 mil.

A Companhia tem ainda como alternativa, para sustentar seus projetos, a manutenção ou obtenção de linhas de financiamento de longo prazo, as quais acredita que continuarão disponíveis considerando o cenário atual de mercado e a constante evolução na qualidade de crédito da Companhia, melhoria do perfil de sua dívida em relação a prazo, custo e outros fatores.

PÁGINA: 11 de 53

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia financia o seu capital de giro, quando necessário, por meio de operações de crédito, de curto prazo e longo prazos, junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais. Alguns exemplos dessas operações são:

- Os Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) emitidos pela Companhia em 20 de junho de 2011, no
 valor nominal de R\$90.000 mil em favor do Banco Itaú BBA S.A e do Banco Rabobank International Brasil S.A. Tais
 títulos estão vinculados aos direitos creditórios oriundos de Cédulas de Produto Rural (CPR) Física, emitidas pela
 controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. A credora de tais CPRs é a própria Companhia;
- Debêntures, não conversíveis em ações, emitidas em março de 2010, no valor de R\$100.000 mil;
- Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI) emitidas em 2010 pela controlada Irani Trading S.A. e cedidas para a Brazilian Securities Companhia de Securitização, que então emitiu Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs). O preço da cessão foi de R\$40.833 mil. Os recursos desta operação realizada pela controlada Irani Trading S.A. foram repassados para a Companhia por meio da subscrição, pela Irani Trading S.A., de debêntures não conversíveis emitidas pela Companhia em 19 de agosto de 2010, no valor de R\$40.000 mil.
- Debêntures de 2° emissão, não conversíveis em ações, emitidas em novembro de 2012, no valor de R\$ 60.000 mil.
- Debêntures da controlada São Roberto S.A., emitidas em maio de 2013 pela empresa Wave Participações S.A, no valor de R\$ 80.000 mil, esta incorporada de forma reversa pela São Roberto S.A. em novembro de 2013 e que passa a compor o saldo consolidado da Companhia.

Os investimentos mais relevantes em ativos não circulantes consistem na manutenção, modernização e ampliação das unidades produtivas da Companhia, essenciais para a continuidade dos negócios da Companhia. O referido investimento tem sido financiado por fluxo de caixa próprio e pelas linhas de crédito bancárias, principalmente linhas de repasse de longo prazo do BNDES.

PÁGINA: 12 de 53

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Diretoria acredita que a geração interna de caixa da Companhia, juntamente com os limites de crédito de curto e longo prazo disponíveis junto a instituições financeiras, serão suficientes para equacionar satisfatoriamente seus compromissos. Se houver eventuais descasamentos das disponibilidades com os montantes vincendos no curto prazo, a Companhia poderá contratar novas linhas de crédito com instituições financeiras, tanto para linhas de capital de giro quanto para investimentos de manutenção, sendo essas linhas de crédito avaliadas e negociadas caso a caso.

PÁGINA: 13 de 53

f) níveis de endividamento e características das dívidas, descrevendo ainda (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas á companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de controle societário

A tabela abaixo demonstra as dívidas brutas e líquida de curto e longo prazo, bem como o patrimônio líquido da Companhia nos períodos indicados:

Indicadores Econômicos Financeiros Consolidados (R\$ mil)	Em 31.12.2013	ah %	Em 31.12.2012	ah %	Em 31.12.2011
Dívidas de curto prazo					
Moeda Nacional	135.259	33,2	101.533	6,7	95.135
Moeda estrangeira	37.487	124,2	16.718	(49,6)	33.143
Total curto prazo	172.746	46,1	118.251	(7,8)	128.278
Dívidas de longo prazo					
Moeda Nacional	334.028	90,5	175.388	(4,7)	184.061
Moeda estrangeira	126.712	10,6	114.591	103,2	56.402
Total longo prazo	460.740	58,9	289.979	20,6	240.463
Total de dívidas (1)	633.486	55,2	408.230	10,7	368.741
(-) Disponibilidades (2)	137.735	40,8	97.853	17,3	83.396
Dívida líquida	495.751	59,7	310.377	8,8	285.345
Patrimônio líquido	488.241	7,5	454.005	(2,2)	464.250
Capital social realizado	116.895	12,4	103.976	64,0	63.381

⁽¹⁾ Total de dívidas: Composto por empréstimos e financiamentos, Debêntures e operação de CRI.

Níveis de Endividamento

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da dívida bruta consolidada da Companhia era de R\$633.486 mil, dos quais R\$ 172.746 (27,3%) representavam dividas de curto prazo e R\$ 460.740 (72,7%) dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da dívida bruta consolidada da Companhia era de R\$408.230 mil, do quais R\$118.251 mil (29,0%) representavam dívidas de curto prazo e R\$289.979 mil (71,0%) dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da dívida bruta consolidada da Companhia era de R\$368.741 mil, dos quais R\$128.278 mil (34,8%) representavam dívidas de curto prazo e R\$240.463 mil (65,2%) dívidas de longo prazo.

A dívida líquida consolidada da Companhia (dívida bruta consolidada menos a soma do caixa e equivalentes de caixa e dos saldos de Bancos conta vinculada do ativo circulante e não circulante consolidados) foi de R\$ 495.751 mil em 31 de dezembro de 2013, R\$310.377 mil em 31 de dezembro de 2012 e R\$285.345 mil em 31 de dezembro de 2011.

i) Contratos de empréstimos e financiamento relevantes

A tabela abaixo mostra o endividamento bruto consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

⁽²⁾ Disponibilidades: Composta por caixa, equivalentes de caixa e bancos conta vinculada Banco do Brasil Nova York e Banco Credit Suisse Brasil, que representam valores retidos para garantia de amortização de parcelas do pré pagamento de exportação firmado com Credit Suisse e aplicação financeira retida em garantia de Swap de Fluxo de Caixa, respectivamente.

(R\$ mil)	31.12.13	31.12.12	31.12.11
Circulante			
Moeda nacional			
FINAME	6.893	2.641	8.604
Capital de giro	47.073	33.288	30.666
Capital de giro - CDCA	16.490	16.306	15.505
Leasing financeiro	1.435	1.433	1.102
Debêntures	53.041	39.026	26.000
Cédula de Crédito Imobiliário - operação de CRI	-	8.839	13.258
BNDES	10.327	-	-
Total moeda nacional	135.259	101.533	95.135
Moeda estrangeira			
Leasing financeiro	-	2.839	2.475
Adiantamento de contrato de câmbio	12.175	8.490	5.641
Banco Itaú BBA	11.969	-	
Toronto Dominion Bank	-	-	177
Banco Credit Suisse	5.535	738	20.256
Banco C.I.T.	-	-	942
Banco Santander (Brasil)	_	1.690	1.638
Banco do Brasil	2.151	1.329	
Banco Citibank	3.017	1.632	
Banco Santander – PPE	2.640	-	2.014
Total moeda estrangeira	37.487	16.718	33.143
Total do circulante	172.746	118.251	128.278
Não Circulante Moeda nacional			
FINAME	22.300	7.796	9.240
Capital de giro	98.049	18.880	25.643
Capital de giro – CDCA	54.070	66.741	78.367
Leasing financeiro	1.462	993	1.492
Debêntures	109.885	80.978	60.480
Cédula de Crédito Imobiliário - operação de CRI	103.000	-	8.839
BNDES	48.262	-	0.038
Total moeda nacional	334.028	175.388	184.061
Total moeda nacional	334.020	173.300	104.001
Moeda estrangeira			
Leasing financeiro	-	-	1.164
Banco Itaú BBA	28.505	34.716	-
Banco Credit Suisse	83.172	75.051	53.600
Banco Santander (PPE)	10.367	-	1.638
Banco do Brasil	1.597	2.048	-
Banco Citibank	3.071	2.776	<u> </u>
Total moeda estrangeira	126.712	114.591	56.402
Total do não circulante	460.740	289.979	240.463
Total	633.486	408.230	368.741

Estão apresentados abaixo, os índices de atualização dos empréstimos, bem como sua exigibilidade e vencimento final de cada um, na data base 31 de dezembro de 2013.

Financiamentos em moeda nacional:

- a) Finame: A Companhia possui 38 contratos de repasse de linhas de Finame do BNDES celebrados com as seguintes instituições financeiras: Banco Votorantim S.A., Banrisul S.A., BRDE Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul S.A., Banco do Brasil S.A., Banco ABC Brasil S.A., Banco Safra S.A. e Daycoval S.A., no valor total de R\$ 29.193 mil. Todos estes contratos têm por objeto o financiamento de máquinas e equipamentos. Tais contratos estão sujeitos a taxas de juros médias de 4,54% a.a., com vencimento final em 2019. Todos os equipamentos financiados por meio da linha Finame estão onerados ao respectivo credor. Além disso, alguns dos agentes repassadores exigem garantias adicionais de imóveis de propriedade da Companhia. Em 31 de dezembro de 2013, os imóveis dados em garantia para tais credores representavam aproximadamente 2.514 hectares de terras da Companhia.
- b) <u>Capital de Giro:</u> A Companhia possui 23 contratos de financiamento para capital de giro com as seguintes instituições financeiras: Banco Safra S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Sofisa S.A., Banco Daycoval S.A. e Banco Santander S.A. no valor total de R\$ 145.122 mil. Tais financiamentos estão sujeitos a taxas de juros médias de 10,01% a.a. com vencimento final no segundo semestre de 2018. Em garantia de tais operações, a Companhia cedeu fiduciariamente recebíveis e deu em penhor mercantil papel kraft, que, em 31 de dezembro de 2013, representavam R\$ 36.246 mil e R\$ 15.000 mil, respectivamente.
- c) <u>CDCA:</u> Em 20 de junho de 2011, a Companhia emitiu um Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio CDCA, no valor nominal de R\$60.000 mil em favor do Banco Itaú BBA S.A. e um CDCA no valor de R\$30.000 mil em favor do Banco Rabobank International do Brasil S.A. Os CDCAs estão vinculados a direitos creditórios oriundos de Cédulas de Produto Rural (CPR) físicas emitidas pela controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. A Companhia é a única credora destas CPRs. A remuneração consiste na variação do IPCA acrescido de 10,22% a.a. Principal e remuneração serão pagos em seis parcelas anuais a partir de junho de 2012. O custo de transação desta operação foi de R\$3.636 mil e sua taxa de juros efetiva (TIR) de 16,15%. Abaixo é apresentado o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

Ano		Principal
	2014	634
	2015	484
	2016	310
	2017	109
		1.537

A Companhia constituiu as seguintes garantias reais, que em 31 de dezembro de 2013, representavam montante aproximado de R\$65.227 mil:

- Cessão Fiduciária em favor dos credores do CDCA sobre direitos creditórios oriundos da(s) CPR(s) Cédula(s) de Produtor Rural vinculadas ao CDCA;
- Hipoteca de imóveis da Companhia, equivalentes a 5.288 hectares de terras; e
- Alienação fiduciária de ativos florestais (pinus e eucalyptus) de propriedade da Companhia e da controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda., existentes sobre os imóveis objeto da hipoteca descrita acima.
- d) <u>Leasing Financeiros:</u> Companhia possui 34 contratos de leasing financeiros celebrados com as seguintes instituições financeiras: BB Leasing S.A., Safra Leasing S.A., Banco Itaúleasing S.A., Toyota Leasing do Brasil S.A. e Banco De Lage Landen Brasil S.A. no valor total de R\$ 2.897 mil. Tais contratos estão sujeitos a taxas de juros médias de 14,25% a.a. com vencimento final no segundo semestre de 2018. Os equipamentos objetos de tais leasings foram dados em garantia às respectivas arrendadoras.
- e) Operação de CRI: Em 03 de agosto de 2010, a controlada Irani Trading S.A. emitiu Cédulas de Créditos Imobiliários CCI, lastreadas em contrato de locação celebrado em 20 de outubro de 2009, entre a Irani Trading S.A., na qualidade de locadora, e a Companhia, na qualidade de locatária. A Irani Trading S.A. cedeu as CCIs para a Brazilian Securities Companhia de Securitização (Securitizadora). Em decorrência desta cessão, a Securitizadora emitiu, em regime fiduciário, Certificados de Recebíveis Imobiliários CRIs e pagou em 06 de agosto de 2010 para a Irani Trading S.A. o preço da cessão das CCIs, no montante de R\$40.833 mil, que equivale ao valor presente líquido de 37 parcelas futuras de aluguel à taxa fixa de 14,70% a.a. Essa operação foi liquidada em 37 parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$1.364 mil, com início em 25 de agosto de 2010 e término em 25 de agosto de 2013, devidas pela locatária Celulose Irani S.A. à cedente Irani Trading S.A., por força do contrato de locação:
- f) BNDES: Em 29 de janeiro de 2013, foi renegociado o empréstimo junto ao BNDES da controlada Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A. no valor de R\$ 58.589 mil, mantendo-se a garantia da hipoteca da unidade Vila Maria em São Paulo SP, da negociação realizada em 27 de janeiro de 2011, com prazo de pagamento renegociado para 9 anos com carência de 9 meses para pagamento do principal e a CCI (Companhia Comercial de Imóveis) passou a ser a fiadora.
- g) Debêntures:

(g.1) **Primeira Emissão Pública de Debêntures da Companhia:** A Companhia emitiu, em 25 de março de 2010, debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor de R\$100.000 mil, cuja colocação foi feita por meio de oferta pública com esforços restritos de distribuição. As debêntures vencerão em março de 2015. Sua amortização ocorrerá em oito parcelas semestrais, tendo o primeiro pagamento ocorrido em setembro de 2011. A remuneração consiste na variação do CDI acrescido de 5% a.a. Os juros são devidos em parcelas semestrais sem carência. Esta operação incorreu num custo de transação de R\$3.623 mil e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 16%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

Ano		Principal
	2014	892
	2015	226
		1.118

A Companhia constituiu as seguintes garantias reais em favor dos debenturistas, que em 31 de dezembro de 2013, representavam montante aproximado de R\$152.848 mil, conforme segue:

- Alienação fiduciária de imóveis de propriedade da Companhia, representando 6.410 hectares de terras;
- · Alienação fiduciária do imóvel de propriedade da Irani Trading, que representa a unidade industrial de Vargem Bonita;
- •Penhor Agrícola de ativos florestais da Companhia; e
- Cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia no valor de 25% do saldo devedor de principal das debêntures.
- (g.2) **Primeira Emissão Privada de Debêntures da Companhia**: A Companhia emitiu privadamente, em 19 de agosto de 2010, debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor de R\$40.000 mil. A totalidade das debêntures desta emissão foram subscritas pela controlada Irani Trading S.A. Elas vencerão em parcela única em agosto de 2015 e sua remuneração consiste na variação do IPCA acrescido de 6%. A remuneração será paga juntamente com a amortização do valor nominal das debêntures em agosto de 2015. Esta emissão não contou com qualquer garantia.
- (g.3) **Segunda Emissão Pública de Debêntures da Companhia**: A Companhia emitiu, em 30 de novembro de 2012, debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor de R\$ 60.000 mil, cuja colocação foi feita por meio de oferta pública com esforços restritos de distribuição. As debêntures da segunda emissão vencerão em novembro de 2017. Sua amortização ocorrerá em cinco parcelas anuais, sendo o primeiro pagamento realizado em novembro de 2013. A remuneração consiste na variação do CDI acrescido de 2,75% ao ano. Esta operação incorreu em um custo de transação de R\$ 1.120 mil e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 10,62%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

Ano		Principal
	2014	321
	2015	251
	2016	173
	2017	86
		831

A Companhia constituiu as seguintes garantias reais em favor dos debenturistas, que em 31 de dezembro de 2013, representavam montante aproximado de R\$ 77.641 mil, conforme segue:

- Alienação fiduciária de imóveis de propriedade da Companhia (terras) em 1° grau no valor de R\$ 17.625 mil; e em 2° grau no valor de R\$ 31.252 mil.
- Penhor Agrícola de ativos florestais da Companhia; e
- Cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia no valor de 25% do saldo devedor de principal das debêntures.
- (g.4) Emissão de Debêntures da Controlada: A Wave Participações S.A. emitiu, em 28 de maio de 2013, debêntures simples, não conversíveis em ações em série única, no valor de R\$ 80.000 mil. O prazo de vigência das debêntures é de 5 anos e sua amortização ocorrerá em 17 parcelas trimestrais, sendo o primeiro pagamento em 20 de maio de 2014 e o último em 20 de maio de 2018. A remuneração consiste na variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, capitalizada exponencialmente de spread de 4,75% a.a. até o vencimento. O objetivo desta emissão foi captar recursos que foram utilizados na reestruturação da Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A. Em decorrência de incorporação reversa incorrida em 29 de novembro de 2013, onde a controlada São Roberto incorporou a Wave Participações, o valor da debênture constante na Wave Participações passou a compor o saldo da debênture agora da São Roberto e por consequência o saldo consolidado da Companhia. Esta operação incorreu em um custo de transação de R\$ 2.508 mil e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 13,57%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

Ano		Principal
	2014	685
	2015	615
	2016	461
	2017	286
	2018	87
		2.134

As Debêntures possuem garantias reais e fiduciária de bens e direitos da Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A., em favor do Agente Fiduciário:

- Alienação fiduciária de imóveis;
- Alienação fiduciária de equipamentos industriais da unidade industrial na cidade de Santa Luzia MG;
- · Cessão fiduciária de recebíveis, e
- Cessão fiduciária de 25% dos recebíveis durante a vigência da emissão das debêntures.

Financiamentos em moeda estrangeira:

Os financiamentos em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2013 estão atualizados pela variação cambial do dólar, e sobre os mesmos incidem juros médios de 7,85% a.a.

- a) Adiantamentos Contrato de Câmbio (ACCs): A Companhia possui 5 contratos de adiantamento de contrato de câmbio celebrados com o Banco do Brasil S.A. e Banrisul, com saldo de US\$5.100 mil. O valor devido em tais contratos é atualizado pela variação cambial do dólar e pagos em parcela única, sendo o último vencimento no primeiro semestre de 2014. Tais contratos estão sujeitos a taxas de juros médias de 3,70% a.a. A Companhia cedeu em garantia desta operação caução de recebíveis no valor de R\$ 2.798 mil.
- b) <u>Banco Credit Suisse</u>: A Companhia celebrou em 16 de fevereiro de 2007 contrato de pré-pagamento de exportação (Credit and Export Prepayment Agreement) com o Credit Suisse Brazil (Bahamas) Limited, no valor de US\$60.000 mil com juros de 8% a.a. até 19 de fevereiro de 2009 e, a partir desta data, 9,90% a.a. Em 30 de novembro de 2007 foi negociado aditivo no valor de US\$10.000 mil. O principal e juros deste contrato são pagos em parcelas trimestrais com vencimento final em 2017. A Companhia celebrou, em 12 de abril de 2010 e em 31 de maio de 2011, contratos de Swap Fluxo de Caixa com relação aos juros deste financiamento. Em 27 de abril de 2012, a Companhia liquidou estas operações de Swap Fluxo de Caixa, que incorreu em um custo de transação adicional de R\$ 2.550 mil. Sua taxa de juros efetiva (TIR) que era de 19,12%, após esta repactuação passou a ser de 12,31%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

Ano	Principal	
	2014	1.142
	2015	1.588
	2016	2.209
	2017	396
	,	5.335

Em 27 de abril de 2012, a Companhia celebrou um aditamento ao contrato de Pré-Pagamento de Exportação – PPE com o Banco Credit Suisse Brasil (Bahamas) Limited, entre outros, aumentando o prazo médio de pagamento, passando o vencimento final de agosto de 2015 para fevereiro de 2017. Na repactuação também foram liberadas certas garantias da operação conforme abaixo:

- Hipoteca de imóveis da Companhia, objeto das matrículas nº 795, 8452, 8449, 1172 e 1484 dos Cartórios de Registro de Imóveis das Comarcas de Catanduvas - SC e Ponte Serrada – SC, equivalentes a aproximadamente 1.800 hectares de terras. A hipoteca abrange as florestas plantadas em tais imóveis;
- Alienação fiduciária da máquina onduladeira marca B.H.S. da unidade Embalagem de Indaiatuba, Estado de São Paulo e da caldeira marca HPB-Sermatec Mod. VS-500 da unidade papel da Companhia; e
- As ações de emissão da Companhia detidas pela Irani Participações S.A. e que estavam oneradas em favor dos Credores da operação. Após a celebração dos aditamentos, apenas as ações de emissão da Habitasul Florestal S.A. detidas pela Companhia, a cessão em garantia de recebíveis de exportação e contas correntes e as notas promissórias permaneceram em garantia da operação.

No aditamento, também foram ajustados alguns indicadores financeiros restritivos, que a partir desta data tem a seguinte estrutura:

Dívida Líquida / Ebitda: (i) 3,00 vezes para os trimestres findos entre 30 de junho de 2012 e 30 de setembro de 2013; (ii) 3,65 vezes para o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2013; (iii) 3,25 vezes para os trimestres entre 31 de março de 2014 e

- 31 de dezembro de 2014; (iv) 3 vezes para os trimestres findos a partir de 31 de março de 2015.
- Ebitda / Despesa Financeira: mantido em 2,00 vezes até o fim do contrato;
- Limitação da dívida líquida em dólar: Excluído; e
- Limitação de investimentos (capital expenditures): Excluído.

As condições econômicas, inclusive a taxa de juros do contrato, não foram alteradas.

Nos trimestres encerrados em 30 de junho e 30 de setembro de 2011 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não foi capaz de manter os níveis mínimos de EBITDA sobre despesas financeiras exigido pelo Credit and Export Prepayment Agreement. Adicionalmente, no trimestre encerrado em 30 de junho de 2011, a Companhia não foi capaz de manter os níveis máximos de dívida líquida em dólares exigido pelo Credit and Export Prepayment Agreement. Tais descumprimentos contratuais foram, contudo, perdoados pelos credores. A Companhia não pode garantir que tais credores voltarão a perdoar qualquer descumprimento contratual semelhante no futuro. Qualquer inadimplência dos termos dos contratos de financiamento, que não for aprovada pelos credores relevantes, pode resultar em uma decisão por parte destes credores de acelerar o saldo em aberto da dívida relevante. Isto, também, pode resultar na execução das garantias e no vencimento antecipado das dívidas de outros contratos de financiamento em virtude das provisões de inadimplências e aceleração cruzada.

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, a Companhia atingiu todos os indicadores financeiros restritivos.

- c) <u>Banco do Brasil</u>: A Companhia celebrou em 26 de abril de 2012 contrato de financiamento com o Banco do Brasil S.A., no valor de US\$ 2.672 mil e juros de LIBOR acrescido de 3,75% ao ano. O principal e juros deste contrato são pagos em parcelas semestrais com vencimento final em 18 de março de 2016. Em garantia desta operação, a Companhia ofereceu alienação fiduciária dos equipamentos financiados.
- d) <u>Banco Citibank</u>: A Companhia celebrou em 09 de agosto de 2012 contrato de financiamento com o Banco Citibank S.A., no valor de US\$ 3.824 mil e juros de LIBOR acrescido de 4,09% ao ano. O principal e juros deste contrato são pagos em parcelas trimestrais com vencimento final em 12 de maio de 2016. Em garantia desta operação, a Companhia ofereceu alienação fiduciária dos equipamentos financiados.
- e) CCE: A Companhia celebrou em 23 de março de 2012 contrato de Cédula de Crédito de Exportação (CCE) com o Banco Itaú BBA S.A., no valor de R\$ 40.000 mil e juros de CDI acrescido de 2,21% ao ano. O principal e juros deste contrato são pagos em parcelas semestrais com vencimento final em 23 de março de 2017. Como garantia desta operação, a Companhia cedeu fiduciariamente direitos creditórios de titularidade da Companhia no valor de 11,25% do saldo devedor de principal do contrato, além de hipoteca em segundo grau das matrículas 2479, 2481 e 8535. Na mesma data a Companhia contratou um Swap de Fluxo de Caixa, trocando os juros de CDI acrescido de 2,21% ao ano para a variação cambial do dólar mais 5,80% fixos ao ano. O valor em referência atribuído na data da contratação é equivalente a US\$ 21.990 mil.
- f) <u>Banco Santander PPE</u>: A Companhia celebrou em 09 de dezembro de 2013, um Pré-pagamento de exportação com o Banco Santander S.A., no valor de US\$ 5.532 mil e juros de LIBOR 12 meses acrescido de 5,5% a.a. O principal e juros são pagos em parcelas anuais com vencimento final em 16 de novembro de 2018. Como garantia desta operação, a Companhia cedeu hipoteca das matrículas 8539, 210 e 1494, além de caução de recebíveis no valor de 4,7% do saldo devedor

ii) outras operações de longo prazo com instituições financeiras

Com exceção das relações constantes dos contratos acima descritos, a Companhia não mantém outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii) grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia e suas controladas ofereceram garantias reais para os credores descritos no item (i) deste Quadro 10.1(f). Tais credores possuem, portanto, até o valor das respectivas garantias, prioridade no caso de falência da Companhia. As demais dívidas da Companhia são da espécie quirografária. A Companhia não possui dívidas com garantia flutuante.

iv) eventuais restrições impostas, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Os contratos financeiros da Companhia impõem de forma geral limites de endividamento para a Companhia, como também restrições para a contratação de novas dívidas, distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório (ou seja, 25% do lucro líquido ajustado da Companhia), alienação e oneração de ativos da Companhia e à emissão de novos valores mobiliários (exceto ações, na medida em que não resulte em alteração de controle). São descritas a seguir as principais cláusulas financeiras restritivas (covenants financeiros) contidas nos contratos de financiamento da Companhia. Todas elas são calculadas com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, auditadas ou revisadas, conforme o caso, para os períodos indicados nas respectivas

PÁGINA: 19 de 53

cláusulas. A definição de EBITDA constante dos contratos financeiros da Companhia refere-se ao EBITDA Ajustado calculado pela Companhia e descrito nos itens 10.1(a) deste Formulário.

i) CDCA, Operação de CRI, 1º emissão de Debêntures, CCE (Banco Itau BBA), 2º emissão de Debêntures, Credit and Export Prepayment Agreement (Credit Suisse), PPE (Banco Santander) e Debêntures da Controlada (dados consolidados):

- a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA Ajustado para o período fiscal findo em 31 de dezembro de 2013 não poderá ser superior a 3,65x.
- b) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA Ajustado para o período fiscal findo em 31 de dezembro de 2014 não poderá ser superior a 3,25x.
- c) A partir do exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2015 a relação entre a dívida liquida e o EBITDA Ajustado não poderá ser superior a 3,00x.
- d) A relação entre o EBITDA Ajustado e a despesa financeira líquida não poderá ser inferior a 2,00x para os exercícios fiscais findos a partir de 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia atendeu os índices exigidos nas cláusulas contratuais acima.

A Diretoria da Companhia entende que continuará a atender tais índices ao longo da vigência dos respectivos instrumentos, salvo na ocorrência de mudanças relevantes no cenário econômico e/ou mercado financeiro.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía aproximadamente R\$ 758.198 mil de limites de crédito, sendo que R\$ 633.486 mil estavam contratados e estão registrados na sua posição de endividamento naquela data.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As tabelas a seguir derivam das demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, as quais foram elaboradas de acordo com o BRGAAP e as IFRS e em atendimento às normatizações da CVM no Brasil.

1. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Comentários sobre alterações significativas verificáveis na comparação entre as demonstrações de resultado consolidados dos exercícios de 2013 e 2012

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de (em milhares de R\$)

Dados consolidados	2013	ah%	2012
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	604.241	25,0	483.449
Custo dos produtos vendidos	(438.092)	24,4	(352.251)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	20.107	(45,3)	36.767
LUCRO BRUTO	186.256	10,9	167.965
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Com vendas	(53.097)	23,8	(42.897)
Gerais e administrativas	(44.971)	10,6	(40.653)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(52.928)	5,1	(50.351)
Outras receitas operacionais	38.006	1.187,5	2.952
Outras despesas operacionais	(9.667)	5,2	(9.190)
Participação dos administradores	(7.490)	155,5	(2.931)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES			
DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	56.109	125,4	24.895
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.284)	28,8	(997)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.585	(713,3)	(2.052)
Participação de acionistas minoritários	(2)	-	(2)
LUCRO LÍQUIDO DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	67.408	208,6	21.844
RESULTADO LÍQUIDO DE OPERAÇÃO			
DESCONTINUADA	-	-	4.537
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	67.408	155,5	26.381

Receita Líquida de Vendas

As receitas líquidas de vendas apresentaram incremento de 25,0%, sendo R\$ 604.241 mil em 2013 em relação a R\$ 483.449 mil em 2012, impactadas positivamente principalmente pelo incremento nas vendas de papel para embalagens provenientes da fábrica arrendada de Santa Luzia (MG) e as vendas de embalagens de papelão ondulado da São Roberto a partir de outubro de 2013. Dentre as principais variações na receita líquida de vendas da Companhia, destacam-se aumento de aproximadamente: (i) 49,1% na receita líquida das vendas de Papel para Embalagens, de R\$160.680 mil em 2012 para R\$239.546 mil em 2013; (ii) 15,2% na receita líquida das vendas de embalagem de papelão ondulado, de R\$281.639 mil em 2012 para R\$324.420 mil em 2013. O segmento Florestal RS e Resinas registrou redução de 2,6% na receita líquida das vendas, de R\$40.761 mil em 2012 para R\$39.719 mil em 2013. O preço médio por tonelada dos segmentos de (i) Embalagem Papelão Ondulado aumentou para R\$ 3.134/ton em 2013 em relação a R\$ 2.963/ton em 2012; e (ii) o segmento Papel para Embalagem registrou aumento de preços nos papéis para embalagens rígidas de R\$ 1.386/ton em 2012 para R\$ 1.574/ton em 2013, configurando um aumento de 13,6%, nos papéis para embalagens flexíveis, o aumento foi de 6,1% passando de R\$2.545/ton em 2012 para R\$2.699/ton em 2013. Os volumes de vendas do segmento Embalagem Papelão Ondulado apresentaram acréscimo de 17,5% no período, de 126.340 ton em 2012 para 148.486 ton em 2013.

Em 2013, aproximadamente 54% da receita líquida da Companhia se originaram da venda de embalagens de papelão ondulado, as quais foram destinadas, principalmente, à indústria alimentícia e de consumo brasileira, ligeiramente inferior ao ano de 2012. Outros 40% da receita líquida de 2013 da Companhia foram provenientes da venda de papel para seus clientes que convertem o papel por ela produzido em sacos e sacolas destinados ao comércio de varejo brasileiro, apresentando um incremento de 6 pontos percentuais em relação a 2012, decorrente da ampliação da capacidade de produção com o arrendamento da fábrica de Santa Luzia (MG). Em 2013, aproximadamente 87,3% da receita líquida da Companhia se referem a vendas para o mercado local, sendo o remanescente derivado de exportações para os mercados latino americano, asiático e europeu, comparado a 87,1% em 2012.

Custo dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos aumentou 24,4%, sendo R\$ 438.092 mil em 2013 e R\$ 352.251 mil em 2012, devendo-se principalmente ao aumento das vendas. Como percentual da receita líquida de vendas, o custo dos produtos vendidos representou 72,5% em 2013 e 72,9% em 2012, uma redução de 0,4 pontos percentuais da receita líquida de vendas.

Variação do valor justo dos ativos biológicos

O resultado da variação do valor justo dos ativos biológicos da Companhia reduziu 45,3%, sendo R\$ 20.107 mil em 2013 e R\$ 36.767 mil em 2012, principalmente por conta da estabilidade nos preços da madeira em 2013, enquanto no ano de 2012 houve aumento e ainda pelo aumento das taxas de desconto utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos.

Lucro Bruto

Como resultado do efeito do aumento da receita líquida de vendas, o lucro bruto da Companhia aumentou 10,9%, para R\$ 186.256 mil em 2013 de R\$ 167.965 mil em 2012.

Despesas Operacionais

Com vendas

As despesas operacionais com vendas aumentaram aproximadamente 23,8%, para R\$ 53.097 mil em 2013 contra os R\$ 42.897 mil registrados em 2012, principalmente em função do aumento no volume total de vendas e aos reajustes naturais nas despesas, tais como, com pessoal e despesas variáveis de vendas (comissões e fretes). Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas com vendas da Companhia permaneceram estáveis de 8,9% em 2012 para 8,8% em 2013.

Gerais e Administrativas

As despesas operacionais gerais e administrativas aumentaram aproximadamente 10,6%, para R\$ 44.971 mil em 2013 em relação aos R\$ 40.653 mil em 2012. Este aumento foi gerado principalmente devido ao ajuste natural de despesas com pessoal no período, que tem maior representatividade neste grupo e por adequações de equipe. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas operacionais gerais e administrativas da Companhia reduziram de 8,4% em 2012 para 7,4% em 2013, uma redução de 1,0 ponto percentual da receita líquida de vendas.

Receitas (despesas) financeiras, líquidas (Resultado Financeiro)

(em milhares de R\$)	Exercício Social encerrado em		
	31.12.2013	31.12.2012	
Receitas financeiras			
Rendimentos de aplicações financeiras	5.841	5.646	
Juros	5.488	1.134	
Descontos obtidos	504	301	
	11.833	7.081	
Variação cambial			
Variação cambial ativa	7.858	12.258	
Variação cambial ativa - derivativos a valor justo	-	199	
Variação cambial passiva	(9.495)	(17.358)	
Variação cambial passiva - derivativos a valor justo		(486)	
Variação cambial líquida	(1.637)	(5.387)	
Despesas financeiras			
Juros	(61.824)	(51.008)	
Descontos concedidos	(310)	(83)	
Deságios/despesas bancárias	(164)	(255)	
Outros	(826)	(699)	
	(63.124)	(52.045)	
Resultado financeiro líquido	(52.928)	(50.351)	
Resultado Financeiro Líquido da Operação Descontinuada		(193)	

A receita financeira (despesas) líquida (ou resultado financeiro) é composta pela somatória das receitas financeiras, variação cambial líquida e das despesas financeiras. As receitas financeiras totalizaram R\$ 11.833 mil em 2013, comparado com R\$ 7.081 mil em 2012, como resultado, principalmente, do aumento (i) dos rendimentos de aplicações financeiras que representaram R\$

5.841 mil em 2013 e R\$ 5.646 mil em 2012 devido ao maior volume de recursos aplicados no período; e (ii) dos juros cobrados de clientes no período, de R\$ 5.488 mil em 2013, contra R\$ 1.134 mil em 2012. A variação cambial é determinada pela oscilação do dólar e do euro (moedas em que alguns dos contratos financeiros da Companhia estão denominados ou indexados). A variação cambial líquida representou uma despesa de R\$ 1.637 mil em 2013, comparado a uma despesa de R\$ 5.387 mil em 2012, que se mantém em função da Companhia apresentar exposição de operações em moeda estrangeira. Adicionalmente a Companhia reconheceu parte da variação cambial do exercício, no montante de R\$ 16.353 mil como Ajuste de Avaliação Patrimonial, no seu Patrimônio Líquido (Hedge Accounting). As despesas financeiras da Companhia aumentaram 21,3%, totalizando R\$ 63.124 mil, em relação aos R\$ 52.045 mil de 2012, principalmente em função do aumento dos juros reconhecidos no resultado neste exercício.

Sendo assim, o resultado financeiro da Companhia aumentou 5,1%, representando uma despesa de R\$ 52.928 mil em 2013, em relação à despesa de R\$ 50.351 mil em 2012. Como percentual da receita líquida de vendas, nosso resultado financeiro reduziu de 10,4% em 2012 para 8,8% em 2013, uma redução de 1,6 ponto percentual da receita líquida de vendas.

Outras receitas operacionais

(em milhares de R\$)	Exercício Social	Exercício Social encerrado em	
	31.12.2013	31.12.2012	
Receita de bens alienados	1.327	235	
Reduções parcelamento (REFIS)	33.432	-	
Outras receitas operacionais	3.247	2.717	
	38.006	2.952	

As outras receitas operacionais da Companhia apresentaram um incremento significativo de 1.187,5%, passando para R\$ 38.006 mil em 2013, contra R\$ 2.952 mil em 2012, impactado principalmente pelos efeitos da adesão ao programa de REFIS da Lei 11.941/09 na controlada São Roberto S.A. no montante total de R\$ 33.432 mil, representado por R\$ 21.447 mil de reduções previstas na Lei, R\$ 12.121 mil de ajuste a valor presente do saldo do parcelamento, menos R\$ 136 mil de despesas de estruturação do REFIS.

Outras despesas operacionais

(em milhares de R\$)	Exercício Social encerrado em	
	31.12.2013 31.12.2012	
Custo dos bens sinistrados e alienados	(5.119)	(1.022)
Outras despesas operacionais	(3.965)	(7.791)
Pagamento baseado em ações	(583)	(377)
	(9.667)	(9.190)

As outras despesas operacionais da Companhia aumentaram 5,2%, para R\$ 9.667 mil em 2013, em relação aos R\$ 9.190 mil em 2012, em função, principalmente, de perda pela não recuperabilidade de imobilizado (impairment) na controlada São Roberto S.A.

Participação dos administradores

A despesa com participação dos administradores aumentou 155,5%, para R\$ 7.490 mil em 2013, contra R\$ 2.931 mil em 2012. A participação dos administradores é destacada com base na previsão estatutária equivalente a 10% resultado líquido do exercício. Sua distribuição é realizada a critério do Conselho de Administração no âmbito do programa de remuneração variável de longo prazo dos administradores.

Resultado da equivalência patrimonial

Não houve qualquer valor registrado nos exercícios de 2013 e 2012 como resultado de equivalência patrimonial.

Lucro operacional antes dos efeitos tributários

Como resultado do explicado acima, em especial quanto a performance operacional positiva e, principalmente pelos ganhos obtidos na adesão ao Refis IV na controlada São Roberto, o lucro operacional antes dos efeitos tributários da Companhia aumentou 125,4%, totalizando R\$ 56.109 mil, em relação aos R\$ 24.895 mil em 2012.

Lucro líquido do exercício

Como resultado do exposto acima, o lucro líquido da Companhia totalizou R\$ 67.408 mil no exercício encerrado em 2013, 155,5% maior que os R\$ 26.381 mil no mesmo período de 2012. A margem líquida foi de 11,2% em 2013, contra 5,5% apurada em 2012.

Comentários sobre alterações significativas verificáveis na comparação entre as demonstrações de resultado consolidados dos exercícios de 2012 e 2011

		ercício social encerrado em 31 de d (em milhares de R\$)	
Dados consolidados	2012	ah%	2011
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	483.449	2,5	471.614
Custo dos produtos vendidos	(352.251)	1,2	(348.110)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	36.767	156,6	14.327
LUCRO BRUTO	167.965	21,9	137.831
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Comvendas	(42.897)	5,7	(40.598)
Gerais e administrativas	(40.653)	6,2	(38.272)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(50.351)	(4,0)	(52.433)
Outras receitas operacionais	2.952	(56,9)	6.854
Outras despesas operacionais	(9.190)	275,4	(2.448)
Participação dos administradores	(2.931)	(44,2)	(5.251)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES			
DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	24.895	338,1	5.683
Imposto de renda e contribuição social corrente	(997)	(51,6)	(2.062)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.052)	(134,9)	5.885
Participação de acionistas minoritários	(2)	(60,0)	(5)
LUCRO LÍQUIDO DE OPERAÇÕES CONTINUADA	S21.844	129,9	9.501
RESULTADO LÍQUIDO DE OPERAÇÃO			
DESCONTINUADA	4.537	(3.186,4)	(147)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	26.381	182,0	9.354

Receita Líquida de Vendas

As receitas líquidas de vendas apresentaram incremento de 2,5%, sendo R\$ 483.449 mil em 2012 em relação a R\$ 471.614 mil em 2011, impactadas positivamente principalmente pelo incremento dos preços e volumes de vendas do Segmento Papel para Embalagens. Dentre as principais variações na receita líquida de vendas da Companhia, destacam-se aumento de aproximadamente: (i) 9,81% na receita líquida das vendas de Papel para Embalagens, de R\$146.324 mil em 2011 para R\$160.680 mil em 2012; (ii) 3,92% na receita líquida das vendas de madeira e resinas, de R\$39.225 mil em 2011 para R\$40.761 mil em 2012. O segmento Embalagem de Papelão Ondulado registrou redução de 1,49% na receita líquida das vendas, de R\$285.886 mil em 2011 para R\$281.639 mil em 2012. O preço médio por tonelada dos segmentos de (i) Embalagem Papelão Ondulado reduziu para R\$ 2.963/ton em 2012 em relação a R\$ 3.091/ton em 2011; e (ii) o segmento Papel para Embalagem registrou aumento de preços de R\$ 2.367/ton em 2011 para R\$ 2.535/ton em 2012, configurando um aumento de 7,1%. Os volumes de vendas do segmento Embalagem Papelão Ondulado apresentaram acréscimo de 2,1% no período, de 123.754 ton em 2011 para 126.340 ton em 2012.

Em 2012, aproximadamente 58% da receita líquida da Companhia se originaram da venda de embalagens de papelão ondulado, as quais foram destinadas, principalmente, à indústria alimentícia e de consumo brasileira, mantendo-se constante com relação ao ano de 2011. Outros 34% da receita líquida de 2012 da Companhia foram provenientes da venda de papel para seus clientes que convertem o papel por ela produzido em sacos e sacolas destinados ao comércio de varejo brasileiro, o que também foi consistente com o período anterior. Em 2012, aproximadamente 87,1% da receita líquida da Companhia se referem a vendas para o mercado local, sendo o remanescente derivado de exportações para os mercados latino americano, asiático e europeu, comparado a 87,9% em 2011.

Custo dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos aumentou 1,2%, sendo R\$ 352.251 mil em 2012 e R\$ 348.110 mil em 2011, devendo-se principalmente ao aumento natural em decorrência do aumento das vendas. Como percentual da receita líquida de vendas, o custo dos produtos vendidos representou 72,9% em 2012 e 73,8% em 2011, uma redução de 0,9 pontos percentuais da receita líquida de vendas.

Variação do valor justo dos ativos biológicos

O resultado da variação do valor justo dos ativos biológicos da Companhia aumentou 156,6%, sendo R\$ 36.767 mil em 2012 e R\$ 14.327 mil em 2011, devido, principalmente ao aumento do volume de madeira das florestas em função do seu incremento (crescimento natural) no ano e pelo incremento de preços médios em 2012 em relação aos praticados no exercício anterior, o que ocasionaram um aumento geral do valor de mercado das florestas da Companhia em 2012.

Lucro Bruto

Como resultado de efeitos combinados de aumento da receita líquida de vendas e do considerável aumento do valor justo dos ativos biológicos, o lucro bruto da Companhia aumentou 21,9%, para R\$ 167.965 mil em 2012 de R\$ 137.831 mil em 2011.

Despesas Operacionais

Com vendas

As despesas operacionais com vendas aumentaram aproximadamente 5,7%, para R\$ 42.897 mil em 2012 contra os R\$ 40.598 mil registrados em 2011, principalmente em função do aumento no volume total de vendas e aos reajustes naturais nas despesas, tais como, com pessoal e despesas variáveis de vendas (comissões e fretes). Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas com vendas da Companhia aumentaram de 8,6% em 2011 para 8,9% em 2012, um aumento de 0,3 ponto percentual da receita líquida de vendas.

Gerais e Administrativas

As despesas operacionais gerais e administrativas aumentaram aproximadamente 6,2%, para R\$ 40.653 mil em 2012 em relação aos R\$ 38.272 mil em 2011. Este aumento foi gerado principalmente devido ao ajuste natural de despesas com pessoal no período, que tem maior representatividade neste grupo. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas operacionais gerais e administrativas da Companhia aumentaram de 8,1% em 2011 para 8,4% em 2012, um aumento de 0,3 pontos percentuais da receita líquida de vendas.

Receitas (despesas) financeiras, líquidas (Resultado Financeiro)

(em milhares de R\$)	Exercício Social encerrado em		
	31.12.2012	31.12.2011	
Receitas financeiras			
Rendimentos de aplicações financeiras	5.646	5.742	
Juros	1.134	1.454	
Descontos obtidos	301	175	
	7.081	7.371	
Variação cambial			
Variação cambial ativa	12.258	17.945	
Variação cambial ativa - derivativos a valor justo	199	5.247	
Variação cambial passiva	(17.358)	(27.783)	
Variação cambial passiva - derivativos a valor justo	(486)	(2.415)	
Variação cambial líquida	(5.387)	(7.006)	
Despesas financeiras			
Juros	(51.008)	(51.010)	
Descontos concedidos	(83)	(78)	
Deságios/despesas bancárias	(255)	(98)	
Outros	(699)	(1.612)	
	(52.045)	(52.798)	
Resultado financeiro líquido	(50.351)	(52.433)	
Resultado Financeiro Líquido da Operação Descontinuada	(193)	(82)	

A receita financeira (despesas) líquida (ou resultado financeiro) é composta pela somatória das receitas financeiras, variação cambial líquida e das despesas financeiras. As receitas financeiras totalizaram R\$ 7.081 mil em 2012, comparado com R\$ 7.371

mil em 2011, como resultado, principalmente, da redução (i) dos rendimentos de aplicações financeiras que representaram R\$ 5.646 mil em 2012 e R\$ 5.742 mil em 2011 devido ao menor volume de recursos aplicados no período; e (ii) dos juros cobrados de clientes no período, de R\$ 1.134 mil em 2012, contra R\$ 1.454 mil em 2011. A variação cambial é determinada pela oscilação do dólar e do euro (moedas em que alguns dos contratos financeiros da Companhia estão denominados ou indexados). A variação cambial líquida representou uma despesa de R\$ 5.387 mil em 2012, comparado a uma despesa de R\$ 7.006 mil em 2011, que se mantém em função da Companhia apresentar exposição de operações em moeda estrangeira. Adicionalmente a Companhia reconheceu parte da variação cambial do exercício, no montante de R\$ 9.286 mil como Ajuste de Avaliação Patrimonial, no seu Patrimônio Líquido (Hedge Accounting) As despesas financeiras líquidas da Companhia reduziram 1,43%, totalizando R\$ 52.045 mil, em relação aos R\$ 52.798 mil de 2011, principalmente em função da redução da variação cambial negativa reconhecida no resultado neste exercício.

O Resultado Financeiro Líquido da Operação Descontinuada deve-se a alienação da participação acionária detida na controlada Meu Móvel de Madeira — Comércio de Móveis e Decorações Ltda realizada em 20 de dezembro de 2012.

Sendo assim, o resultado financeiro da Companhia reduziu 3,97%, representando uma despesa de R\$ 50.351 mil em 2012, em relação à despesa de R\$ 52.433 mil em 2011. Como percentual da receita líquida de vendas, nosso resultado financeiro reduziu de 11,12% em 2011 para 10,41% em 2012, uma redução de 0,71 ponto percentual da receita líquida de vendas.

Outras receitas operacionais

(em milhares de R\$)	Exercício Social	Exercício Social encerrado em		
	31.12.2012	31.12.2011		
Receita de bens alienados	235	2.298		
Outras receitas operacionais	2.717	4.556		
	2.952	6.854		

As outras receitas operacionais da Companhia apresentaram uma diminuição de aproximadamente 56,9%, passando para R\$ 2.952 mil em 2012, contra R\$ 6.854 mil em 2011, devido, principalmente pela redução da receita com alienação de bens, e ainda, por ter sido reconhecido em 2011 reversão de provisões para perda em processo tributário, reconhecida anteriormente.

Outras despesas operacionais

(em milhares de R\$)	Exercício Social encerrado em	
	31.12.2012 31.12.2011	
Custo dos bens sinistrados e alienados	(1.022)	(1.405)
Outras despesas operacionais	(7.791)	(1.043)
Pagamento baseado em ações	(377)	
	(9.190)	(2.448)

As outras despesas operacionais da Companhia aumentaram 275,4%, para R\$ 9.190 mil em 2012, em relação aos R\$ 2.448 mil em 2011, em função, principalmente, de (i) custos de transação para a emissão de títulos e valores mobiliários da Companhia no montante de R\$ 4.260 mil, a qual foi cancelada por meio do pedido de desistência do pedido de registro de oferta pública protocolado junto a CVM – Comissão de Valores Mobiliários, em 27 de agosto de 2012; e (ii) baixas de ativos na controlada HGE – Geração de Energia Sustentável Ltda no montante de R\$ 2.424 mil.

Participação dos administradores

A despesa com participação dos administradores reduziu 44,2%, para R\$ 2.931 mil em 2012, contra os R\$ 5.251 mil em 2011. Em 2011, dos valores reconhecidos, R\$ 3.790 mil se referiam à participação dos empregados nos resultados da Companhia. Já em 2012, a participação dos empregados nos resultados da Companhia foi reconhecida na rubrica despesas operacionais gerais e administrativas, despesas com vendas e custos, ocasionando esta variação a menor de 44,2% em 2012 na comparação com 2011. A participação dos administradores é destacada com base na previsão estatutária equivalente a 10% resultado líquido do exercício. Sua distribuição é realizada a critério do Conselho de Administração no âmbito do programa de remuneração variável de longo prazo dos administradores.

Resultado da equivalência patrimonial

Não houve qualquer valor registrado nos exercícios de 2012 e 2011 como resultado de equivalência patrimonial.

Lucro operacional antes dos efeitos tributários

Como resultado do explicado acima, em especial quanto ao incremento da variação do valor justo dos ativos biológicos que, em 2012, está afetando positivamente o resultado, o lucro operacional antes dos efeitos tributários da Companhia aumentou 338,1%, totalizando R\$ 24.895 mil, em relação aos R\$ 5.683 mil em 2011.

Resultado líquido da operação descontinuada

A Companhia registrou, em 2012, como resultado da operação descontinuada, um lucro de R\$ 4.537 gerado em decorrência da alienação de participação societária detida na controlada Meu Móvel de Madeira –Comércio de Móveis e Decorações Ltda, que ocorreu em 20 de dezembro de 2012. Estão reconhecidos neste valor os resultados das operações da controlada e o resultado líquido de sua alienação. Em 2011, foi reconhecido como resultado líquido da operação descontinuada, prejuízo de R\$ 147 mil proveniente das operações desta controlada.

Lucro líquido do exercício

Como resultado do exposto acima, o lucro líquido da Companhia totalizou R\$ 26.381 mil no exercício encerrado em 2012, 182,0% maior que os R\$ 9.354 mil no mesmo período de 2011. A margem líquida foi de 5,5% em 2012, contra 2,0% apurada em 2011.

2. BALANÇOS PATRIMONIAIS

Comentários sobre alterações significativas verificáveis na comparação entre os balanços patrimoniais consolidados da Companhia nos exercícios sociais de 2013 e 2012.

ATIVO (em milhares de R\$)	31.12.2013	ah%	31.12.2012
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	135.005	39,3	96.922
Contas a receber de clientes	129.970	34,3	96.781
Estoques	60.838	59,6	38.110
Impostos a recuperar	7.721	89,1	4.083
Bancos conta vinculada	2.730	193,2	931
Outros ativos	11.672	(9,1)	12.845
	347.936	39,4	249.672
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Impostos a recuperar	3.625	31,1	2.766
Depósitos Judiciais	1.122	77,5	632
Outros ativos	7.542	(18,2)	9.218
Partes relacionadas	1.005	(35,3)	1.553
Imobilizado	888.403	30,7	679.734
Intangível	113.163	9.152,9	1.223
Ativos biológicos	268.725	2,1	263.292
	1.283.585	33,9	958.418
TOTAL DO ATIVO	1.631.521	35,0	1.208.090

Os ativos totais consolidados da Companhia sofreram aumento de 35,0%, totalizando R\$1.631.521 mil em 2013, em comparação com R\$1.208.090 mil em 2012, explicado principalmente pelas variações nas rubricas comentadas abaixo:

Caixa e equivalentes de caixa

 (em milhares de R\$)

 31.12.2013
 31.12.2012

 Fundo fixo
 31
 21

 Bancos
 3.602
 1.373

 Aplicações financeiras
 131.372
 95.528

 135.005
 96.922

O saldo do caixa e equivalentes de caixa apresentaram um crescimento de 39,3%, totalizando R\$135.005 mil em 2013, contra os R\$96.922 mil em 2012, justificado, principalmente, pelo maior volume de recursos em aplicações financeiros oriundos de captações realizadas em 2013. As aplicações financeiras foram feitas em renda fixa (CDB) e remuneradas a uma taxa média de 99,32% do CDI.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes da Companhia sofreram aumento de 34,3%, totalizando R\$129.970 mil em 2013, em comparação com R\$96.781 mil em 2012. Este crescimento está diretamente relacionado ao crescimento da receita de vendas verificado em 2013, e também, a incorporação dos saldos de contas a receber da controlada São Roberto S.A. ao final do ano.

(em milhares de R\$)		
	31.12.2013	31.12.2012
Contas a receber de:		
Clientes - mercado interno	134.720	95.252
Clientes - mercado externo	9.229	8.447
	143.949	103.699
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13.979)	(6.918)
	129.970	96.781

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

(em	mil	hares	de	R\$)
---	----	-----	-------	----	------

	31.12.2013	31.12.2012
A vencer	118.386	86.729
Vencidos até 30 dias	8.029	6.811
Vencidos de 31 a 60 dias	1.714	1.900
Vencidos de 61 a 90 dias	385	241
Vencidos de 91 a 180 dias	639	95
Vencidos há mais de 180 dias	14.796	7.923
	143.949	103.699

Estoques

Os estoques da Companhia totalizaram R\$60.838 mil em 2013, em comparação com R\$38.110 mil em 2012, uma elevação de 59,6%. Este incremento está relacionado à incorporação dos estoques da controlada São Roberto S.A. no final de 2013. A Diretoria da Companhia entende que os níveis de estoques apresentados se mantêm em patamares compatíveis com as operações.

(em milhares de R\$)		
	31.12.2013	31.12.2012
Produtos acabados	7.118	4.334
Materiais de produção	33.037	19.931
Materiais de consumo	19.795	13.086
Outros estoques	888	759
	60.838	38.110

Bancos Conta Vinculada

O ativo bancos conta vinculada sofreu aumento de 193,2%, totalizando R\$2.730 mil em 2013, em comparação com R\$931 mil em 2012, em função da entrada de operação da controlada São Roberto S.A. em que deverá haver retenção de títulos recebidos até

sua reposição.			
	(em milhares de R\$)		
		31.12.2013	31.12.2012
	Banco do Brasil - Nova York	1.161	931
	Banco Itaú	1.569	
	Total circulante	2.730	931

Banco do Brasil – Nova York / Estados Unidos da América - representado por valores retidos para garantir as amortizações das parcelas trimestrais do empréstimo de pré-pagamento de exportação captado junto ao banco Credit Suisse, referente à parcela com vencimento em fevereiro de 2014. Por ocasião de repactuação de contrato objeto da retenção realizada em 27 de abril de 2012, até novembro de 2014 serão exigidos somente os juros do contrato.

Banco Itaú é referente a saldos de contas de títulos recebidos em uma determinada data e que serão transferidas automaticamente para a conta corrente após o envio de novos títulos para cobrança bancaria.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos - Ativo e Passivo

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo de ativos biológicos. A companhia adotou para os exercícios de 2012 e de 2013 o regime de caixa na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre variações cambiais e registrou passivo fiscal diferido da variação cambial a realizar. Com base no valor justo dos ativos biológicos e no custo atribuído do ativo imobilizado, foram registrados impostos diferidos passivos, ajustados pela revisão da vida útil do imobilizado, tratado como RTT (Regime Tributário de Transição) e registrado nesta mesma conta. Os impactos tributários iniciais sobre o custo atribuído do ativo imobilizado foram reconhecidos em contrapartida do patrimônio liquido. O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos – Ativo sofreu um aumento de 14,6%, totalizando R\$20.401 mil em 2013, em comparação com R\$17.797 mil em 2012, tendo em vista que a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. Tais valores serão compensados com impostos futuros, suportados por projeções orçamentárias da Companhia. O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos – Passivo sofreu um aumento de 20,6%, totalizando R\$243.074 mil em 2013, em comparação com R\$201.600 mil em 2012, basicamente devido ao valor reconhecido sobre a variação do valor justo dos ativos biológicos e sobre a operação de Hedge Accounting conforme abaixo:

ATIVO		
(em milhares de R\$)	31.12.2013	31.12.2012
Imposto de renda diferido ativo		
Sobre provisões temporárias	13.539	11.462
Sobre prejuízo fiscal	1.462	1.624
Contribuição social diferida ativa		
Sobre provisões temporárias	4.873	4.126
Sobre prejuízo fiscal	527	585
	20.401	17.797

PASSIVO	31.12.2013	31.12.2012	
Imposto de renda diferido passivo			
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	5.113	4.344	
Valor justo dos ativos biológicos	36.737	38.628	
Custo atribuído do ativo imobilizado e revisão da vida útil	137.495	106.913	
Subvenção governamental	631	505	
Hedge de fluxo de caixa	(6.410)	(2.322)	
Ajuste a valor presente	3.030	-	
Carteira de clientes	1.574	-	
Marca	327	-	
Contribuição social diferida passiva			
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	1.841	1.564	
Valor justo dos ativos biológicos	13.544	14.133	
Custo atribuído do ativo imobilizado e revisão da vida útil	49.498	38.489	
Subvenção governamental	227	182	
Hedge de fluxo de caixa	(2.308)	(836)	
Ajuste a valor presente	1.091	-	
Carteira de clientes	566	-	
Marca	118	-	
	243.074	201.600	
Passivo de imposto diferido (líquido)	222.673	183.803	

Ativo Biológico

Os ativos biológicos da Companhia aumentaram 2,1% totalizando R\$268.725 mil em 2013, em comparação com R\$263.292 mil em 2012 e compreendem principalmente o cultivo e plantio de florestas de *pinus* para abastecimento de matéria-prima na produção de celulose utilizada no processo de produção de papel para embalagens, produção de resinas e vendas de toras de madeira para terceiros. Todos os ativos biológicos da Companhia formam um único grupo denominado florestas, que são mensuradas conjuntamente a valor justo em períodos semestrais. Como a colheita das florestas plantadas é realizada em função da utilização de matéria prima e das vendas de madeira, e todas as áreas são replantadas, a variação do valor justo desses ativos biológicos não sofre efeito significativo no momento da colheita.

Os saldos dos ativos biológicos da Companhia foram atualizados a valor justo, em decorrência do atendimento pela Companhia das normas do IFRS, por meio de avaliações preparadas por empresa especializada. Os valores estão assim compostos:

(em milhares de R\$)		
	31.12.2013	31.12.2012
Custo de formação dos		
ativos biológicos	53.724	78.602
Diferencial dos ativos		
biológicos a valor justo	215.001	184.690
	268.725	263.292

Passivo e Patrimônio Líquido			
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2013	ah%	31.12.2012
(em milhares de R\$)			
CIRCULANTE			
Captações	119.705	51,1	79.225
Debêntures	53.041	35,9	39.026
Fornecedores	90.575	107,0	43.747
Obrigações sociais e previdenciárias	32.534	37,5	23.657
Obrigações tributárias	13.591	103,3	6.684
IR e CSLL a pagar	761	(14,6)	891
Parcelamentos tributários	10.260	96,0	5.235
Adiantamento de clientes	1.618	65,9	975
Dividendos a pagar	19.772	98,6	9.957
Outras contas a pagar	15.518	48,0	10.485
· •	357.375	62,5	219.882
NÃO CIRCULANTE			
Exigível a longo prazo			
Captações	350.855	67,9	209.001
Debêntures	109.885	35,7	80.978
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	44.078	15,9	38.037
Parcelamentos tributários	40.159	529,6	6.379
Obrigações Tributárias	16.911	5,7	16.005
Outras contas a pagar	1.344	-	-
Imposto de renda e			
contribuição social diferidos	222.673	21,1	183.803
	785.905	47,1	534.203
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	116.895	12,4	103.976
Pagamento baseado em ações	960	154,6	377
Ações em tesouraria	(6.834)	(22,7)	(8.842)
Reserva legal	5.156	188,5	1.787
Reserva de ativos biológicos	65.047	(6,8)	69.828
Ajustes de avaliação patrimonial	219.094	(9,9)	243.241
Reserva de retenção de lucros	87.911	101,5	43.632
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL AOS			
ACIONISTAS CONTROLADORES	488.229	7,5	453.999
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	12	100,0	6
	488.241	7,5	454.005
	100.211	•	

O passivo e patrimônio líquido totais consolidados da Companhia sofreram aumento de 35,0%, totalizando R\$1.631.521 mil em 2013, em comparação com R\$1.208.090 mil em 2012, explicado principalmente pelas variações nas rubricas comentadas abaixo:

Passivo

Captações

O saldo da conta captações apresentou incremento de 51,1% no curto prazo, totalizando R\$119.705 mil em 2013, contra os R\$79.225 mil em 2012, e aumento de 67,9% no longo prazo, totalizando R\$ 350.855 mil em 2013, contra R\$ 209.001 mil em 2012. As variações nas contas de captações, debêntures e operação de CRI estão representadas no item 10.1(f) - "Comentários dos Diretores sobre níveis de endividamento e as características de tais dívidas".

Fornecedores

O saldo da conta fornecedores apresentou aumento de 107,0%, atingindo R\$90.575 mil em 2013, contra os R\$43.747 mil em 2012.

A variação decorre principalmente das movimentações nos prazos médios de pagamento aos fornecedores, e pela entrada das operações da controlada São Roberto S.A. ao final do ano de 2013.

(em milhares de R\$)

31.12.2013	31.12.2012
59.739	31.210
15.097	2.112
5.446	2.597
8.514	5.514
1.165	2.168
66	65
548	81
90.575	43.747
	59.739 15.097 5.446 8.514 1.165 66

Parcelamentos Tributários

Os saldos dos parcelamentos tributários referente a Refis Receita Federal sofreram aumento em virtude da adesão ao parcelamento REFIS da Lei 11.941/2009 na controlada São Roberto S.A. e também referente ao ICMS. O INSS Patronal teve reconhecimento em 2010 e a redução em 2013 ocorreu em função do pagamento das parcelas.

(em milhares de R\$)

CIRCULANTE		
	31.12.2013	31.12.2012
Parcelamento REFIS Receita Federal	5.818	2.360
Parcelamento ICMS	3.569	1.988
Parcelamento INSS Patronal	845	862
Parcelamento FNDE	28	25
	10.260	5.235
NÃO CIRCULANTE		
	31.12.2013	31.12.2012
Parcelamento REFIS Receita Federal	34.925	3.945
Parcelamento ICMS	4.905	1.304
Parcelamento INSS Patronal	271	1.054
Parcelamento FNDE	58	76
	40.159	6.379

Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

O saldo da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários apresentou aumento de 15,9%, atingindo R\$ 44.078 mil em 2013, contra os R\$ 38.037 mil em 2012. A Companhia, amparada em pareceres e opiniões de seus assessores internos e externos, mantém provisões para os processos judiciais e administrativos cuja perda é classificada com provável. Atualmente são mantidas provisões cíveis para pedidos de indenização de rescisões contratuais de representação comercial. As provisões trabalhistas são mantidas para reclamações formalizadas por ex-funcionários pleiteando pagamento de hora-extra, adicional de insalubridade, periculosidade, enfermidades e acidentes de trabalho. O aumento nas provisões cíveis, trabalhistas e também tributárias deve-se principalmente à incorporação das provisões advindas da controlada São Roberto S.A.

(em milhares de R\$)		
	31.12.2013	31.12.2012
Provisão cíveis	1.326	985
Provisão trabalhistas	5.566	892
Provisão tributárias	37.186	36.160
	44.078	38.037
Depósitos Judiciais	1.122	632
Parcela do circulante	-	-
Parcela do não circulante	44.078	38.037

Patrimônio Líquido

As principais variações nas contas do patrimônio líquido entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são apresentadas abaixo:

Ações em tesouraria

A variação na conta foi em função do exercício pelos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Aquisição de Ações, entre o período de 1 de abril de 2013 e 30 de abril de 2013, sendo que no exercício o empregado pagou o preço de exercício e as ações correspondentes ficaram caucionadas a favor da Companhia até 31 de dezembro de 2013 (vesting).

Reservas de lucros

As reservas de lucros estão compostas por: Reserva legal, Reserva estatutária de ativos biológicos e Reserva de retenção de lucros.

A Reserva legal é constituída pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício. Em 2013, o valor destinado para constituição desta reserva foi de R\$3.370 mil e em 2012 foram destinados R\$1.319 mil para esta reserva.

A reserva de ativos biológicos foi criada para manter os valores a realizar referente a adoção inicial do ajuste ao Valor Justo dos Ativos Biológicos para fins de IFRS. Em 31 de dezembro de 2011, foram transferidos para esta reserva R\$74.743 mil, constituída no pressuposto de deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 29 de fevereiro de 2012, com o objetivo de manter os valores a realizar referente à adoção inicial do Valor Justo dos Ativos Biológicos para fins de IFRS (CPC 29) e que antes eram registrados em reserva de lucros a realizar, o saldo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 65.047 mil.

A Reserva de retenção de lucros está composta pelo saldo de lucros remanescentes após a compensação de prejuízos e a constituição da reserva legal, bem como diminuído da parcela de dividendos distribuídos. Em 2013, o saldo desta reserva é de R\$87.911 mil e em 2012, o saldo era de R\$43.632 mil, reservados para futuros investimentos em ativo imobilizado aprovados pelo Conselho de Administração.

Ajuste de avaliação patrimonial

As principais variações na conta de ajustes de avaliação patrimonial são decorrentes da opção pela Companhia, da atribuição de custo ao ativo imobilizado (deemed cost). Os valores atribuídos foram determinados através de laudos de avaliação preparados por empresa especializada. Os saldos variam pela sua realização que se dará pela respectiva depreciação do valor do custo atribuído.

PÁGINA: 33 de 53

Comentários sobre alterações significativas verificáveis na comparação entre os balanços patrimoniais consolidados da Companhia nos exercícios sociais de 2012 e 2011.

ATIVO (em milhares de R\$)	31.12.2012	ah%	31.12.2011
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	96.922	29,7	74.722
Contas a receber de clientes	96.781	4,9	92.231
Estoques	38.110	(0,6)	38.356
Impostos a recuperar	4.083	(53,0)	8.687
Bancos conta vinculada	931	(81,9)	5.143
Outros ativos	12.845	2,4	12.545
	249.672	7,8	231.684
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Impostos a recuperar	2.766	27,9	2.162
Imposto de renda e			
contribuição social diferidos	-	(100,0)	16.632
Depósitos Judiciais	632	(49,8)	1.258
Bancos conta vinculada	-	(100,0)	3.531
Outros ativos	9.218	343,4	2.079
Partes relacionadas	1.553	-	-
Propriedade para investimento	-	(100,0)	4.997
Imobilizado	679.734	0,2	678.311
Intangível	1.223	10,9	1.103
Ativos biológicos	263.292	9,7	239.997
	958.418	0,9	950.070
TOTAL DO ATIVO	1.208.090	2,2 _	1.181.754

Os ativos totais consolidados da Companhia sofreram aumento de 2,2%, totalizando R\$1.208.090 mil em 2012, em comparação com R\$1.181.754 mil em 2011, explicado principalmente pelas variações nas rubricas comentadas abaixo:

Caixa e equivalentes de caixa

(em milhares de R\$)		
	31.12.2012	31.12.2011
Fundo fixo	21	21
Bancos	1.373	2.477
Aplicações financeiras	95.528	72.224
	96.922	74.722

O saldo do caixa e equivalentes de caixa apresentaram um crescimento de 29,7%, totalizando R\$96.922 mil em 2012, contra os R\$74.722 mil em 2011, justificado, principalmente, pelo maior volume de recursos em aplicações financeiros oriundos de captações realizadas em 2012. As aplicações financeiras foram feitas em renda fixa (CDB) e remuneradas a uma taxa média de 100,5% do CDI.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes da Companhia sofreram aumento de 4,9%, totalizando R\$96.781 mil em 2012, em comparação com R\$92.231 mil em 2011. Este crescimento está diretamente relacionado ao crescimento da receita de vendas verificado em 2012.

31.12.2012	31.12.2011
95.252	94.577
8.447	4.198
103.699	98.775
(6.918) 96.781	<u>(6.544)</u> 92.231
	95.252 8.447 103.699

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

Vencidos há mais de 180 dias

(em milhares de R\$)		
	31.12.2012	31.12.2011
A vencer	86.729	83.628
Vencidos até 30 dias	6.811	7.125
Vencidos de 31 a 60 dias	1.900	386
Vencidos de 61 a 90 dias	241	124
Vencidos de 91 a 180 dias	95	180

Estoques

Os estoques da Companhia ficaram estáveis, totalizando R\$38.110 mil em 2012, em comparação com R\$38.356 mil em 2011. A Diretoria da Companhia entende que os níveis de estoques apresentados se mantêm em patamares compatíveis com as operações.

7.923 103.699

31.12.2012	31.12.2011
4.334	7.442
19.931	18.364
13.086	11.924
759	626
38.110	38.356
	4.334 19.931 13.086 759

Bancos Conta Vinculada

O ativo bancos conta vinculada sofreu diminuição de 89,3%, totalizando R\$931 mil em 2012, em comparação com R\$8.674 mil em 2011, em função da repactuação do contrato objeto da retenção realizada em 27 de abril de 2012.

(em milhares de R\$)		
	31.12.2012	31.12.2011
5	201	0.040
Banco do Brasil - Nova York	931	3.840
Banco Credit Suisse - Brasil		4.834
	931	8.674
Parcela do circulante	931	5.143
Parcela do não circulante	-	3.531

Banco do Brasil – New York - representado por valores retidos para garantir as amortizações das parcelas trimestrais do empréstimo de pré-pagamento de exportação captado junto ao banco Credit Suisse, referente à parcela vincenda em fevereiro de 2013. Por ocasião de repactuação de contrato objeto da retenção realizada em 27 de abril de 2012, até novembro de 2014 serão exigidos somente os juros do contrato.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos - Ativo e Passivo

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos

fiscais, dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo de ativos biológicos. A companhia adotou para os exercícios de 2011 e de 2012 o regime de caixa na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre variações cambiais e registrou passivo fiscal diferido da variação cambial a realizar. Com base no valor justo dos ativos biológicos e no custo atribuído do ativo imobilizado, foram registrados impostos diferidos passivos, ajustados pela revisão da vida útil do imobilizado, tratado como RTT (Regime Tributário de Transição) e registrado nesta mesma conta. Os impactos tributários iniciais sobre o custo atribuído do ativo imobilizado foram reconhecidos em contrapartida do patrimônio liquido. O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos – Ativo sofreu um aumento de 7,0%, totalizando R\$17.797 mil em 2012, em comparação com R\$16.632 mil em 2011, tendo em vista que a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. Tais valores serão compensados com impostos futuros, suportados por projeções orçamentárias da Companhia. O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos – Passivo sofreu um aumento de 1,0%, totalizando R\$201.600 mil em 2012, em comparação com R\$199.511 mil em 2011, basicamente devido ao valor reconhecido sobre a variação do valor justo dos ativos biológicos e sobre a operação de Hedge Accounting conforme abaixo:

ATIVO		
(em milhares de R\$)	31.12.2012	31.12.2011
Imposto de renda diferido ativo		
Sobre provisões temporárias	11.462	11.293
Sobre prejuízo fiscal	1.624	932
Contribuição social diferida ativa		
Sobre provisões temporárias	4.126	4.071
Sobre prejuízo fiscal	585	336
	17.797	16.632
PASSIVO	31.12.2012	31.12.2011
Imposto de renda diferido passivo		
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	4.34	4 5.477
Valor justo dos ativos biológicos	38.62	8 31.737
Custo atribuído do ativo biológico e revisão da vida	útil 106.91	3 108.579
Subvenção governamental	50	5 709
Hedge de fluxo de caixa	(2.322	2) -
Contribuição social diferida passiva		
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	1.56	4 1.971
Valor justo dos ativos biológicos	14.13	3 11.695
Custo atribuído do ativo biológico e revisão da vida	útil 38.48	9 39.087
Subvenção governamental	18	2 256
Hedge de fluxo de caixa	(836	5) -
	201.60	0 199.511
Passivo de imposto diferido (líquido)	183.80	3 182.879

Ativo Biológico

Os ativos biológicos da Companhia aumentaram 9,7% totalizando R\$263.292 mil em 2012, em comparação com R\$239.997 mil em 2011 e compreendem o cultivo e plantio de florestas de pinus e eucalyptus para abastecimento de matéria-prima na produção de celulose utilizada no processo de produção de papel para embalagens, produção de resinas e vendas de toras de madeira para terceiros. Todos os ativos biológicos da Companhia formam um único grupo denominado florestas, que são mensuradas conjuntamente a valor justo em períodos semestrais. Como a colheita das florestas plantadas é realizada em função da utilização de matéria prima e das vendas de madeira, e todas as áreas são replantadas, a variação do valor justo desses ativos biológicos não sofre efeito significativo no momento da colheita.

Os saldos dos ativos biológicos da Companhia foram atualizados a valor justo, em decorrência do atendimento pela Companhia das normas do IFRS, por meio de avaliações preparadas por empresa especializada. Os valores estão assim compostos:

Reserva de ativos biológicos

Ajustes de avaliação patrimonial

Reserva de retenção de lucros

PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS CONTROLADORES

PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES

TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(em milhares de R\$)			
	31.12.2012 3	1.12.2011	
Custo de formação dos	70.000	74.407	
ativos biológicos	78.602	74.107	
Diferencial do valor justo	184.690	165.890	
Ativo biológico a valor justo	263.292	239.997	
Passivo e Patrimônio Líquido			
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (em milhares de R\$)	31.12.201	2 ah%	31.12.2011
CIRCULANTE			
Captações	79.2	25 (22,5)	102.278
Debêntures	39.0	26 50,1	26.000
Fornecedores	43.7	47 16,0	37.713
Obrigações sociais e previdenciárias	23.6	57 24,4	19.021
Obrigações tributárias	6.6	84 (4,9)	7.031
IR e CSLL a pagar	8	91 2,5	869
Parcelamentos tributários	5.2	35 11,8	4.682
Adiantamento de clientes	9	75 (15,9)	1.159
Dividendos a pagar	9.9	57 77,6	5.607
Outras contas a pagar	10.4	85 12,3	9.333
	219.88	32 2,9	213.693
NÃO CIRCULANTE			
Exigível a longo prazo			
Captações	209.0	01 16,1	179.983
Debêntures	80.9	78 33,9	60.480
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	s 38.0	37 (8,8)	41.717
Parcelamentos tributários	6.3	79 (41,1)	10.839
Obrigações Tributárias	16.0	05 44,7	11.062
Outras contas a pagar	-	(100,0)	219
Imposto de renda e			
contribuição social diferidos	183.8	03 (7,9)	199.511
	534.20	0,0	503.811
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	103.9	76 64,0	63.381
Pagamemto baseado em ações	3	77 -	-
Ações em tesouraria	(8.84	12) 333,9	(2.038)
Reserva legal	1.7	87 (46,4)	3.331

O passivo e patrimônio líquido totais consolidados da Companhia sofreram aumento de 2,2%, totalizando R\$1.208.090 mil em 2012, em comparação com R\$1.181.754 mil em 2011, explicado principalmente pelas variações nas rubricas comentadas abaixo:

69.828

243.241

43.632

453.999

1.208.090

6 454.005 (6,6)

(5,9)

(34,2)

(2,2)

(70,0)

(2,2)

2,2

74.743

258.547

66.266

464.230

464.250

1.181.754

20

Passivo

Captações

O saldo da conta captações apresentou redução de 22,5% no curto prazo, totalizando R\$79.225 mil em 2012, contra os R\$102.278 mil em 2011, e aumento de 16,1% no longo prazo, totalizando R\$ 209.001 mil em 2012, contra R\$ 179.983 mil em 2011. As variações nas contas de captações, debêntures e operação de CRI estão representadas no item 10.1(f) - "Comentários dos Diretores sobre níveis de endividamento e as características de tais dívidas".

Fornecedores

O saldo da conta fornecedores apresentou aumento de 16,0%, atingindo R\$43.747 mil em 2012, contra os R\$37.713 mil em 2011. A variação decorre principalmente das movimentações nos prazos médios de pagamento aos fornecedores.

(em milhares de R\$)

CIRCULANTE	31.12.2012	31.12.2011
Interno		
Materiais	31.210	27.741
Ativo imobilizado	2.112	1.975
Prestador de serviços	2.597	2.603
Transportadores	5.514	5.271
Ativo imobilizado em remessa	2.168	-
Consignação	65	-
Externo		
Materiais	81	123
	43.747	37.713

Parcelamentos Tributários

Os saldos dos parcelamentos tributários referente a Refis Receita Federal e também referente ao ICMS que sofreram redução em virtude dos pagamentos realizados nos períodos. O INSS Patronal teve reconhecimento em 2010 e a redução em 2012 também ocorreu em função do pagamento das parcelas.

(em milhares de R\$)

CIRCULANTE

	31.12.2012	31.12.2011
Parcelamento REFIS Receita Federal	2.360	2.177
Parcelamento ICMS	1.988	1.694
Parcelamento INSS Patronal	862	811
Parcelamento FNDE	25	
	5.235	4.682

NÃO CIRCULANTE

	31.12.2012	31.12.2011
Parcelamento REFIS Receita Federal	3.945	6.253
Parcelamento ICMS	1.304	2.784
Parcelamento INSS Patronal	1.054	1.802
Parcelamento FNDE	76	
	6.379	10.839

Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

O saldo da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários apresentou redução de 8,8%, atingindo R\$38.037 mil em 2012, contra os R\$41.717 mil em 2011. A Companhia, amparada em pareceres e opiniões dos assessores internos e externos da Companhia, mantém provisões para os processos judiciais e administrativos cuja perda é classificada como provável. A redução nas provisões cíveis deu-se principalmente em função de pagamentos realizados no exercício. Atualmente são mantidas provisões cíveis para pedidos de indenização de rescisões contratuais de representação comercial. Atualmente são mantidas provisões

trabalhistas para reclamações formalizadas por ex- funcionários pleiteando pagamento de hora-extra, adicional de insalubridade, periculosidade, enfermidades e acidentes de trabalho. As provisões tributárias são diminuídas em função de reversões realizadas no exercício.

(em milhares de R\$)		
,	31.12.2012	31.12.2011
Provisão cíveis	985	1.308
Provisão trabalhistas	892	566
Provisão tributárias	36.160	39.843
	38.037	41.717
Depósitos Judiciais	632	1.258
Parcela do circulante	_	_
Parcela do não circulante	38.037	41.717

Patrimônio Líquido

As principais variações nas contas do patrimônio líquido entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são apresentadas abaixo:

Ações em tesouraria

A variação na conta foi proveniente do Direito de Recesso dos acionistas titulares de ações preferenciais da Companhia que decidiram exercer o direito de retirar-se da Companhia devido a alteração nas vantagens atribuídas às ações preferenciais da Companhia deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 19 de abril de 2012. Os acionistas foram reembolsados do valor das ações com base no valor patrimonial constante do balanço de 31 de dezembro de 2011. O valor referente ao Direito de Recesso totalizou R\$ 6.804 mil, e foram adquiridas 2.352.100 ações preferenciais.

Reservas de lucros

As reservas de lucros estão compostas por: Reserva legal, Reserva estatutária de ativos biológicos e Reserva de retenção de lucros.

A Reserva legal é constituída pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício. Em 2012, o valor destinado para constituição desta reserva foi de R\$1.319 mil e em 2011 foram destinados R\$468 mil para esta reserva.

A reserva de ativos biológicos foi criada para manter os valores a realizar referente a adoção inicial do ajuste ao Valor Justo dos Ativos Biológicos para fins de IFRS. Em 31 de dezembro de 2011, foram transferidos para esta reserva R\$74.743 mil, constituída no pressuposto de deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 29 de fevereiro de 2012, com o objetivo de manter os valores a realizar referente à adoção inicial do Valor Justo dos Ativos Biológicos para fins de IFRS (CPC 29) e que antes eram registrados em reserva de lucros a realizar, o saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 69.828 mil.

A Reserva de retenção de lucros está composta pelo saldo de lucros remanescentes após a compensação de prejuízos e a constituição da reserva legal, bem como diminuído da parcela de dividendos distribuídos. Em 2012, o saldo desta esta reserva é de R\$43.632 mil e em 2011, o saldo era de R\$66.266 mil, reservados para futuros investimentos em ativo imobilizado aprovados pelo Conselho de Administração.

Ajuste de avaliação patrimonial

As principais variações na conta de ajustes de avaliação patrimonial são decorrentes da opção pela Companhia, da atribuição de custo ao ativo imobilizado (deemed cost). Os valores atribuídos foram determinados através de laudos de avaliação preparados por empresa especializada. Os saldos variam pela sua realização que se dará pela respectiva depreciação do valor do custo atribuído.

PÁGINA: 39 de 53

3. ANÁLISE DO FLUXO DE CAIXA

Análise do Fluxo de Caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Apresenta-se a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre o fluxo de caixa da Companhia dos exercícios sociais findos em 2013 e 2012.

(em milhares de R\$)		
	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	96.922	74.722
Atividades operacionais	51.838	74.847
Atividades de investimento	(35.610)	(40.907)
Atividades de financiamento	21.855	(11.740)
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	135.005	96.922

Atividades Operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais apresentou geração de caixa de R\$ 51.838 mil no exercício social de 2013 e de R\$ 74.847 mil no exercício social de 2012, com um decréscimo na geração de fluxo de caixa das atividades operacionais de R\$ 23.009 mil. Houve variação significativa nas atividades operacionais para os períodos em análise, principalmente em aumento de estoques no valor de R\$ 14.661 mil, devido à integração das operações da Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A., que passou a ser uma subsidiária integral da Companhia a partir de 17 de outubro.

Atividades de investimentos

O fluxo de caixa das atividades de investimentos apresentou aplicação de caixa de R\$ 35.610 mil no exercício social de 2013 e de R\$ 40.907 mil no exercício social de 2012. A variação nas atividades de investimentos para os períodos em análise é apresentada devido à aplicação de fluxo de caixa na aquisição e recebimento de alienação de ativos de R\$ 5.302 mil e na obtenção de fluxo de caixa decorrente de aporte de controlada no valor de R\$ 10.599 mil.

Atividades de financiamento

O fluxo de caixa das atividades de financiamento apresentou obtenção de caixa de R\$ 21.855 mil no exercício social de 2013 e aplicação de caixa de R\$ 11.740 mil no exercício social de 2012, a variação nas atividades de financiamento para os períodos em análise apresentou obtenção de caixa de R\$ 33.595 mil, principalmente originados pelo aumento nas captações em R\$ 29.046 mil.

Análise do Fluxo de Caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Apresenta-se a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre o fluxo de caixa da Companhia dos exercícios sociais findos em 2012 e 2011.

(em milhares de R\$)		
	2012	2011
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	74.722	40.362
Atividades operacionais	74.847	74.956
Atividades de investimentos	(40.907)	(29.992)
Atividades de financiamento	(11.740)	(10.604)
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	96.922	74.722

Atividades Operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais apresentou geração de caixa de R\$74.847 mil no exercício social de 2012 e de R\$ 74.956 mil no exercício social de 2011, com um decréscimo na geração de fluxo de caixa das atividades operacionais de R\$ 109 mil. Não houve variação significativa nas atividades operacionais para os períodos em análise, porém houve um aumento de receita líquida de 2,5% em relação ao ano anterior, justificado por incremento de preço e de volume de vendas no Segmento Papel para Embalagens. Por outro lado, os custos, e as despesas com vendas e administrativas obtiveram um crescimento de 2%.

Atividades de investimentos

O fluxo de caixa das atividades de investimentos apresentou diminuição de caixa de R\$40.907 mil no exercício social de 2012 e de R\$29.992 mil no exercício social de 2011, com um aumento nos gastos necessários às atividades de investimento de R\$ 10.915 mil, principalmente devido a desembolsos referentes à obra da aquisição da impressora Martin Mini Line no valor de R\$ 5.038 mil e no desembolso na aquisição de equipamentos para automação nos processos produtivos de R\$ 6.118 mil.

Atividades de financiamento

O fluxo de caixa das atividades de financiamento apresentou diminuição de caixa de R\$11.740 mil no exercício social de 2012 e de R\$10.604 mil no exercício social de 2011, com uma diminuição na geração de caixa de R\$ 1.136 mil principalmente devido à diminuição nos desembolsos com empréstimos pagos em R\$ 10.267 mil e também, ao aumento no desembolso com compra de ações em tesouraria e pagamento de dividendos em R\$ 10.851 mil.

10.2. Os diretores devem comentar:

a) resultados das operações da Companhia.

Os indicadores dos níveis de consumo no mercado interno mantiveram-se em níveis elevados em 2013, favorecendo o setor de papel e embalagens, conforme informações da ABPO - Associação Brasileira do Papelão Ondulado. O total de expedição de embalagens de papelão ondulado foi 2,9% superior ao registrado em 2012 e ligeiramente acima do crescimento verificado para o PIB (2,3%), o que demonstra uma dinâmica mais favorável para o setor de embalagens de papelão ondulado. Em linha com os anos anteriores, a Companhia apresentou um crescimento das vendas acima do verificado no mercado e o segmento de embalagens de papelão ondulado representou aproximadamente 54% das receitas de vendas de bens e/ou servicos (receita líquida de vendas) consolidadas da Companhia no exercício encerrado em 2013. A receita operacional líquida consolidada atingiu R\$ 604.241 mil em 2013, representando um crescimento de 25% em relação ao mesmo exercício de 2012. Esse desempenho deve-se principalmente ao aumento nas vendas de papel para embalagens provenientes da fábrica arrendada de Santa Luzia (MG) em março de 2013 e as vendas de embalagem de papelão ondulado da São Roberto a partir de outubro de 2013. O lucro líquido atingiu R\$ 67.408 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, 155,5% superior em comparação a 2012. O principal fator que impactou neste resultado foi o aumento nos volumes de vendas citados anteriormente e os reflexos da adesão ao programa de REFIS da Lei 11.941/09 na controlada São Roberto S.A. O EBITDA Ajustado consolidado foi de R\$126.210 mil, com um incremento de 9,3% em relação ao mesmo período de 2012. Com isso a margem EBITDA Ajustado consolidada foi de 20,9% em 2013 contra 23,9% do mesmo período de 2012. A relação dívida líquida/EBITDA Ajustado consolidada passou para 3,61 vezes em 31 de dezembro de 2013, influenciada pelo aumento dos patamares de endividamento assumidos com a consolidação das operações da São Roberto. A Companhia considera que este patamar está adequado a realidade atual das operações e sua redução dar-se-á de forma gradativa à medida que as sinergias das operações da controlada São Roberto são capturadas. Em 31 de dezembro de 2013, 27,3% do total do endividamento consolidado da Companhia estava no curto prazo, no montante de R\$172.746 mil, sendo que as disponibilidades (soma do caixa e equivalentes de caixa e dos saldos de Bancos conta vinculada do ativo circulante e não circulante consolidados) totalizavam R\$137.735 mil.

Segundo dados da ABPO - Associação Brasileira do Papelão Ondulado, a expedição em toneladas de papelão ondulado em 2012 foi 2,6% superior ao registrado em 2011, praticamente o mesmo crescimento apresentado pela Companhia em seu segmento de embalagens de papelão ondulado, que foi de 2,1%. De forma consistente com os anos anteriores, o segmento de embalagens de papelão ondulado representou aproximadamente 58% das receitas de venda de bens e/ou serviços (receita líquida de vendas) consolidadas da Companhia no exercício social encerrado em 2012. A receita de venda de bens e/ou serviços (receita líquida de vendas) consolidada da Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$483.449 mil, representando um crescimento de 2,5% em relação ao mesmo exercício de 2011. Esse desempenho deve-se principalmente a aumentos de volumes e de preços praticados no segmento de Embalagens de Papelão Ondulado da Companhia. O dólar fechou com alta de 8,5% no ano de 2012, quando comparado a 2011, o que contribuiu para aumentar em Reais a dívida denominada em moeda estrangeira. Em razão da política financeira da Companhia de manter ao longo do tempo níveis de pagamentos dos compromissos em moeda estrangeira equivalentes ou inferiores aos recebimentos nessas mesmas moedas, há uma proteção natural do seu fluxo de caixa, não gerando desencaixes adicionais ou não esperados por conta de mudanças bruscas na cotação das moedas estrangeiras. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, o lucro líquido consolidado da Companhia foi de R\$ 26.381 mil, 182,0% superior ao mesmo período de 2011, impactado positivamente pela variação do valor justo dos ativos biológicos verificado no ano. O EBITDA Ajustado consolidado foi de R\$115.422 mil, com um incremento de 4,4% em relação ao mesmo período de 2011. Com isso a margem EBITDA Ajustado consolidada foi de 23,9% em 2012 contra 23,4% do mesmo período de 2011. A relação dívida líquida/EBITDA Ajustado consolidada manteve-se em linha com o resultado anterior que era de 2,58 vezes em 31 de dezembro de 2011, e passou para 2,69 vezes em 31 de dezembro de 2012, apesar do aumento verificado na cotação do dólar durante o ano. Em 31 de dezembro de 2012, 29,0% do total do endividamento consolidado da Companhia estava no curto prazo, no montante de R\$118.251 mil, sendo que as disponibilidades (soma do caixa e equivalentes de caixa e dos saldos de Bancos conta vinculada do ativo circulante e não circulante consolidados) totalizavam R\$97.853 mil. Em 30 de novembro de 2012, a Companhia realizou a 2° emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com esforços restritos de colocação no valor total de R\$ 60 milhões. As debêntures foram integralizadas em 26 de dezembro de 2012 e os recursos estão sendo aplicados nas atividades operacionais da Companhia.

O ano de 2011 foi marcado pela estabilidade financeira e econômica brasileira, o que proporcionou crescimento moderado do país de 2,7%, inferior ao crescimento do PIB de 2010 que foi de 7,5%. Segundo dados da ABPO – Associação Brasileira do Papelão Ondulado, a expedição em metros quadrados de papelão ondulado em 2011 foi em 1,0% superior a 2010, mesmo crescimento apresentado pela Companhia em seu segmento de embalagens de papelão ondulado, que representa aproximadamente 58% do seu faturamento. A receita de venda de bens e/ou serviços (receita líquida de vendas) consolidada da Companhia em 2011 foi de R\$471.614 mil, apresentando um crescimento de 6,5% em relação a 2010, cujo montante foi de R\$442.686 mil. Este desempenho deveu-se principalmente à boa performance operacional das fábricas que tiveram ganhos de eficiência e por aumentos de preços que compensaram os aumentos dos custos registrados no período. O dólar fechou com alta de 12,6% no ano de 2011 em relação a 2010, o que contribuiu para aumentar em Reais a dívida denominada em moeda estrangeira. Em razão da política da Companhia de manter ao longo do tempo níveis de pagamentos dos compromissos em moeda estrangeira equivalentes ou inferiores aos recebimentos nessas mesmas moedas, há uma proteção natural do seu fluxo de caixa, não gerando desencaixes adicionais ou não esperados por conta de mudanças bruscas na cotação das moedas estrangeiras. Em 2011, o lucro líquido consolidado da Companhia foi de R\$9.354 mil. O EBITDA Ajustado foi consolidado de R\$110.536 mil, apresentando incremento de 19,9% em 31 de dezembro de 2011 quando comparado a R\$92.199 mil de 31 de dezembro 2010. Com isso a margem EBITDA Ajustado consolidada foi de 23,4% em

2011 contra 20,8% de 2010, aumento de 2,6 pontos percentuais. A relação dívida líquida/EBITDA consolidada que era 3,04 vezes em 2010, passou para 2,58 vezes em 2011. Em 31 de dezembro de 2011, 34,8% do total do endividamento consolidado da Companhia estava no curto prazo, no montante de R\$128.278 mil, sendo que as disponibilidades (soma do caixa e equivalentes de caixa e dos saldos de Bancos conta vinculada do ativo circulante e não circulante consolidados) totalizavam R\$83.396 mil. Em 20 de junho de 2011, a Companhia emitiu Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) no valor de R\$90.000 mil com prazo total de 6 anos.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços; c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A seguir são apresentados os comentários da Diretoria da Companhia correspondentes à análise dos impactos de itens tais como: exposição cambial, taxas de câmbio e taxa de inflação:

Impacto da variação da taxa de câmbio

A condição financeira e os resultados das operações da Companhia tem sido, e continuarão sendo, afetados pela taxa de câmbio do Real frente ao dólar dos EUA, tendo em vista que parte significativa das dívidas da Companhia está denominada em dólares dos EUA e, portanto, os respectivos pagamentos de principal e juros devem ser realizados em dólares dos EUA.

A tabela abaixo mostra a cotação cambial ao final de cada um dos períodos.

	2013	2012	2011
Cotação ao final do período – US\$ 1,00	R\$ 2,34	R\$ 2,04	R\$ 1,88

A Companhia mantém operações no mercado externo expostas às mudanças nas cotações de moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2013, 2012 e de 2011, essas operações apresentam exposição passiva líquida consolidada conforme o quadro abaixo.

A exposição cambial total líquida consolidada em moeda estrangeira é equivalente a 25 meses das exportações tomando como base a média das exportações realizadas no ano 2012, e 20 meses das exportações tomando como base a média das exportações realizadas no ano 2013. Como o maior valor dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira tem sua exigibilidade no longo prazo, a Companhia entende que gerará fluxo de caixa em moeda estrangeira suficiente para quitação de seu passivo de longo prazo em moeda estrangeira.

Dados consolidados (em R\$ mil)			
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2011
Contas a receber	9.229	8.447	4.198
Créditos de carbono a receber	-	4.378	6.378
Bancos conta vinculada	1.161	931	8.674
Adiantamento de clientes	(144)	(199)	(661)
Fornecedores	(548)	(81)	(123)
Captações (empréstimos e financiamentos)	(164.199)	(131.309)	(89.545)
Exposição líquida	(154.501)	(117.833)	(71.079)

Em 2011, o endividamento consolidado em dólares dos EUA representava 23,9%. Em 2012, 35,1% do endividamento da Companhia correspondia ao endividamento consolidado em dólares dos EUA. No exercício social encerrado em 31.12.2013, o endividamento consolidado em dólares dos EUA representava 27,0% do endividamento da Companhia. Desta forma, quando o Real se valoriza em relação ao dólar dos EUA:

- os custos de juros das dívidas da Companhia denominadas em dólares dos EUA diminui em Reais, e tal diminuição afeta positivamente o resultado de nossas operações em Reais;
- o valor de nossas dívidas denominadas em dólares dos EUA diminui em Reais, e o valor total de nossas dívidas diminui em Reais:
- nossas despesas financeiras líquidas tendem a diminuir como resultado dos ganhos com variação cambial incluídos em nossos resultados.

A depreciação do dólar dos EUA contra o Real tem efeito contrário.

Impacto da variação de Taxas de juros

O resultado financeiro da Companhia pode ser impactado por alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição ao risco de taxas de juros se refere, principalmente, à mudança nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia

indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo do BNDES), CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários), SELIC, EURIBOR (Euro Interbank Offered Rate), LIBOR (London Interbank Offered Rate) ou IPCA (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo).

Inflação

O Brasil tem historicamente experimentado altas taxas de inflação. A inflação, bem como os esforços do governo para combatê-la, tiveram efeitos negativos significativos na economia brasileira, principalmente antes de 1995. As taxas de inflação foram de 5,9% em 2010, 6,5% em 2011, 5,8% em 2012 e 5,9% em 2013, de acordo com Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Os custos de caixa e despesas operacionais da Companhia são substancialmente feitos em Reais e tendem a aumentar com a inflação brasileira, uma vez que os fornecedores e prestadores de serviços da Companhia geralmente aumentam os preços para refletir a desvalorização da moeda. A inflação, as ações de combate à inflação e a especulação pública sobre possíveis medidas adicionais também podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e, consequentemente influenciar os resultados operacionais apresentados pela Companhia.

Impacto da Variação de Preços de Papel e Embalagem

A demanda dos produtos da Companhia está diretamente relacionada à atividade econômica geral, em especial ao setor de consumo doméstico brasileiro. Desta forma os preços dos principais produtos comercializados pela Companhia estão sujeitos às variações da demanda no cenário interno. Aumentos significativos nos preços dos produtos da Companhia e, por consequência, nos preços que esta consegue cobrar, provavelmente devem aumentar a receita líquida da Companhia e seus resultados operacionais na medida em que a Companhia consiga manter suas margens operacionais e o aumento de preços não reduza o volume de vendas. Por outro lado, reduções significativas nos preços internacionais dos produtos da Companhia e, consequentemente, nos preços que a Companhia pode cobrar por seus produtos, provavelmente devem diminuir a receita líquida e resultado das operações da Companhia caso esta não consiga aumentar suas margens operacionais e a redução de preços não aumente o volume de vendas. Nos últimos três anos, os preços médios dos principais produtos comercializados pela Companhia apresentaram-se da seguinte forma:

	31.12.2013	31.12.2012	Var. 2013 x 2012	31.12.2011
Preços médios Segmento Papel para Embalagem (R\$/ton)				R\$ 2.367
- Papéis para embalagens rígidas (R\$/ton)	R\$ 1.574	R\$ 1.386	+13,6%	
- Papéis para embalagens flexíveis (R\$/ton)	R\$ 2.699	R\$ 2.545	+6,1%	

	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2011	Var. 2013 x 2012	Var. 2012 x 2011
Preços médios Segmento Embalagem Papelão Ondulado (R\$/ton)	R\$ 3.134	R\$ 2.963	R\$ 3.091	+5,8%	-4,1%

Fonte: IRANI

Impacto da Variação de Preços dos Principais Insumos

As principais matérias-primas envolvidas no processo produtivo da Companhia são celulose (fibra virgem) e aparas de papelão (reciclado). Uma grande parte da celulose (fibra virgem) consumida pela Companhia é produzida em suas próprias propriedades, desta forma o impacto de uma possível variação no seu preço é minimizado. As aparas de papelão, todavia, são adquiridas no mercado. Estas estão sujeitas a variações adversas nos preços ou até mesmo falta no mercado, o que provavelmente pode afetar adversamente a situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

Nos últimos três anos os preços médios das aparas de papelão adquiridas pela Companhia foram de:

	2013	2012	2011
Preços médios das aparas (R\$/ton)	525,28	417,89	390,04
Fonte: IPANI			

PÁGINA: 45 de 53

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. Eventos relevantes e impactos nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Em 2013, não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

Em 20 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração aprovou e a Companhia alienou a participação societária detida na controlada Meu Móvel de Madeira – Comércio de Móveis e Decorações Ltda, representando a alienação do Segmento Operacional Móveis. Esta controlada representou durante o ano de 2012, aproximadamente 3% da receita operacional líquida consolidada da Companhia e sua alienação não impacta nos resultados econômico-financeiros da Companhia.

Em 2011, não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2010, a Companhia aumentou o capital social de sua controlada Meu Móvel de Madeira — Comércio de Móveis e Decorações Ltda. no montante de R\$ 3.000 mil. Em 20 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração aprovou e a Companhia alienou a participação societária detida na controlada Meu Móvel de Madeira — Comércio de Móveis e Decorações Ltda, representando a alienação do Segmento Operacional Móveis. Esta controlada representou durante o ano de 2012, aproximadamente 3% da receita operacional líquida consolidada da Companhia e sua alienação não impactou nos resultados econômico-financeiros da Companhia.

Em 2011, a Companhia constituiu a controlada Iraflor Comércio de Madeira Ltda. e, ainda em 2011, aumentou o seu capital mediante um aporte de florestas plantadas da Companhia para integralização de capital no valor de R\$37.536 mil. No exercício de 2012 foram integralizados R\$ 3.370 mil. Em 2013, foram aportadas novas florestas no valor de R\$ 13.251 mil. Ainda estão previstos aportes adicionais de florestas ao capital de tal controlada, no valor de R\$43.227 mil.

Em 2011, a Companhia realizou adiantamento para futuro aumentou o capital de sua subsidiária integral Irani Trading S.A. no montante de R\$ 5.640 mil, o qual foi capitalizado em 2012. Ainda em 2012, a controladora Celulose Irani S.A. aportou capital na Irani Trading S.A, mediante incorporação de ativos imobilizados no valor de R\$ 4.563 mil, além de realizar novo adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 15.100 mil. Em 2013, a controladora Celulose Irani S.A. realizou novo adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$ 8.033 mil, os quais devem ser integralizados até o final de 2014.

Em 2011, a controladora Celulose Irani S.A., realizou adiantamento para futuro aumento de capital na controlada Habitasul Florestal S.A. no valor de R\$ 12.510 mil, o qual foi capitalizado em 2012. Ainda em 2012, foi realizado novo adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$ 9.420 mil. Em 2013, a controladora Celulose Irani S.A. realizou novo adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$ 3.785 mil, os quais devem ser integralizados até o final de 2014.

Também em 2009, a Companhia adquiriu a participação de 99,98% na controlada HGE – Geração de Energia Sustentável Ltda. com quotas a serem integralizadas até o final de 2012. Em 2012, foi realizado novo aporte no valor de R\$ 700 mil, que foi parcialmente integralizado em 2013.

Em 2013, ocorreu aumento de capital na Companhia para R\$ 116.895 mil, com emissão de ações que foram totalmente subscritas pela acionista Irani Participações S.A., e integralizadas com ações da sociedade Wave Participações S.A., no montante de R\$ 12.919 mil.

A Wave Participações S.A. era detentora de 100% das ações da Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A., tradicional empresa do setor de papelão ondulado brasileiro, com sede em São Paulo-SP.

Ao final de 2013 por Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação da Wave Participações S.A. pela Indústria de Papel e Papelão Ondulado São Roberto S.A. As ações da Wave foram canceladas e emitidas novas ações na incorporadora São Roberto em favor da sua única acionista, a Celulose Irani S.A.

c) eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4. Os diretores devem comentar:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Em 2011, 2012 e 2013, não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia, que pudessem gerar efeitos nas suas demonstrações contábeis.

Desde o exercício de 2010, quando fez a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis, convergentes ao IFRS, a Companhia segue as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards), emitidas pelo IASB – International Accounting Standards Board, e práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, plenamente convergentes ao IFRS, e normas estabelecidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Em 2011, 2012 e 2013, não houve alteração nas práticas contábeis adotadas pela Companhia.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os pareceres de auditoria externa sobre as demonstrações de 2013, 2012 e 2011 incluem parágrafo de ênfase sobre a prática adotada de avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Políticas contábeis críticas da Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso, pela Diretoria da Companhia e de suas controladas, de julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos que, por sua vez, afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Sendo assim, nas demonstrações financeiras estão incluídas diversas estimativas referentes ao cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisões necessárias para passivos contingentes, avaliação do valor justo dos ativos biológicos, avaliação da vida útil do ativo imobilizado e respectivo cálculo das projeções para determinar a recuperação de saldos do imobilizado, intangível e imposto de renda diferido ativo, bem como a avaliação do valor justo de certos instrumentos financeiros, realização de créditos tributários diferidos, além de redução do valor recuperável de ativos. Como o julgamento da Diretoria envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

As premissas para a apuração do resultado seguem o regime de competências de exercícios incluindo rendimentos, encargos e variações cambiais às taxas oficiais sobre ativos e passivos circulantes de longo prazo e eventuais efeitos de ajustes de ativos para o valor de realização.

A Companhia reconhece a receita e os custos associados de vendas no momento em que os produtos são entregues aos clientes ou quando os riscos e benefícios associados são transferidos. A receita é registrada pelo valor líquido de vendas (após deduções de impostos, descontos e devoluções).

Os diferimentos de recolhimento de impostos concedidos pelo governo são tratados pela Companhia como subvenções governamentais sendo mensurada pela diferença entre os valores obtidos e o valor justo calculado com base em taxa de juros praticada no mercado.

Adicionalmente, são aplicadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) em conformidade com os pronunciamentos técnicos e a legislação societária brasileira. As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras e que divergem do IFRS quanto a avaliação de investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, onde de acordo com o IFRS seria registrados a custo ou valor justo.

Os princípios contábeis críticos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. O detalhamento completo das práticas contábeis adotadas pela Companhia está apresentado na nota explicativa nº 3 das demonstrações financeiras do exercício 2013.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando a: seleção de vida útil dos bens do imobilizado, a realização dos créditos tributários diferidos, provisões para créditos de liquidação duvidosa, avaliação do valor justo dos ativos biológicos, provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas, avaliação do valor justo de certos instrumentos financeiros, além de redução do valor recuperável de ativos.

Desta forma, estão apresentados abaixo as práticas e os respectivos motivos que consideram as mesmas como críticas na avaliação da Diretoria da Companhia.

a) Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber estão registradas pelo valor nominal dos títulos representativos destes créditos, acrescidos da variação cambial quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas em sua realização. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise individual das faturas de clientes inadimplentes em relação às medidas de cobrança adotadas pelo departamento responsável e, de acordo com o estágio da cobrança, é estimado um montante de provisão a ser constituída, que pode representar um percentual do título de acordo com histórico ou sua totalidade.

b) Imobilizado

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumuladas e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Esta prática requer o uso de estimativas, tanto na determinação do custo atribuído dos ativos imobilizados, quanto na eventual redução ao seu valor recuperável, e que podem eventualmente distorcer a posição real do Ativo Imobilizado da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. Também para estimativa de vida útil de cada ativo, são utilizadas premissas que podem em algum caso específico não representar a exata condição de utilização do bem.

Sendo assim a Administração da Companhia considera as práticas contábeis utilizadas no ativo imobilizado como pratica crítica, uma vez que a mesma depende de estimativas e ainda, uma vez que o Ativo Imobilizado é item representativo no seu ativo total.

c) Ativo biológico

O cálculo do valor justo dos ativos biológicos leva em consideração diversas premissas com alto grau de julgamento, tais como preço estimado de venda, quantidade cúbica de madeira e incremento médio anual por região. Quaisquer mudanças nessas premissas utilizadas podem implicar na alteração do resultado do fluxo de caixa descontado e, consequentemente, na valorização ou desvalorização desses ativos. As premissas utilizadas para a determinação do valor justo dos ativos biológicos estão apresentadas na nota explicativa 14 das demonstrações financeiras do exercício 2013.

d) Avaliação do valor recuperável de ativos ("Impairment")

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

e) Imposto de renda e contribuição social (diferido)

Os ativos e passivos fiscais diferidos são baseados em diferenças temporárias entre os valores contábeis nas demonstrações financeiras e a base fiscal. Se a Companhia e suas controladas operarem com prejuízo ou não forem capazes de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessária uma reversão de parte significativa de nosso ativo fiscal diferido, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva de imposto. As posições do imposto de renda e contribuição social diferido ativo e passivo estão representadas na nota explicativa 11 das demonstrações financeiras do exercício de 2013.

f) Instrumentos financeiros derivativos

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia utiliza seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia utiliza também seu julgamento para definir os cenários e valores apresentados na análise de sensibilidade, demonstrada na nota explicativa nº 30 às demonstrações financeiras. Os instrumentos financeiros são designados no reconhecimento inicial, classificados como empréstimos e os seus resultados são mensurados pelo valor justo ou pelo custo amortizado e reconhecidos no resultado financeiro.

Quaisquer alterações nas premissas utilizadas para os cálculos envolvendo o valor justo de instrumentos financeiros poderiam afetar drasticamente a posição patrimonial e financeira da Companhia, já que são reconhecidos no resultado de cada período, nas receitas ou despesas financeiras.

g) Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista e em processos administrativos de natureza tributária. Com base na opinião dos advogados e consultores legais, a Administração reconhece provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários cuja chance de perda é considerada provável.

As premissas utilizadas pelos advogados e consultores legais da Companhia, podem em algum caso, não representar a condição mais adequada para o seu reconhecimento, o que torna esta prática contábil crítica na opinião da sua Administração.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6. Controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os Diretores da Companhia acreditam que o sistema de elaboração das demonstrações financeiras são suficientes para assegurar a precisão dos dados e a confiabilidade da elaboração das demonstrações financeiras, não tendo havido imperfeições relevantes nos controles internos da Companhia.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

A Companhia avaliou o relatório de recomendações para o aprimoramento dos controles internos emitido pelos auditores independentes onde foram apontadas algumas deficiências e observações relacionadas às atividades operacionais ou de negócios e entende que os itens apontados não são relevantes e não geram impacto nas demonstrações financeiras.

PÁGINA: 50 de 53

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7. Aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:

- a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados
- b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição
- c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

A Companhia realizou oferta pública de debêntures com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476/09 no montante de R\$100.000 mil os quais foram integralizados no dia 12/04/2010. Os recursos foram utilizados integralmente para refinanciamento da dívida com vencimento no ano de 2010 e para as suas atividades operacionais. Não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e a proposta divulgada.

Em 19 de agosto de 2010, a Companhia concluiu sua 1ª Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada. A emissão totalizou 40 debêntures simples, nominativas, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em valor total de R\$40.000 mil, e foi aprovada na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 12 de julho de 2010. As debêntures foram emitidas em 19 de agosto de 2010, tendo sido integralmente subscritas e integralizadas pela Irani Trading S.A., e os recursos obtidos com a referida emissão foram utilizados para financiar o capital de giro e despesas gerais da Companhia. Não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e a proposta divulgada.

Em 03 de agosto de 2010 a controlada Irani Trading S.A. emitiu Instrumento Particular de Cédula de Créditos Imobiliários – CCI lastreada em Contrato de Locação celebrado em 20 de outubro de 2009, entre a Irani Trading S.A. e Celulose Irani S.A. A Irani Trading S.A. cedeu a CCI para a Brazilian Securities Companhia de Securitização. Em decorrência desta cessão, a Securitizadora emitiu em regime fiduciário Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRIs e pagou em 06 de agosto de 2010 para a Irani Trading S.A. o preço da cessão da CCI, no montante de R\$40.833 mil. Esta operação será liquidada em 37 parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$ 1.364 mil cada, com início em 25 de agosto de 2010 e término em 25 de agosto de 2013, devidas pela locatária Celulose Irani S.A. à Cedente Irani Trading S.A., por força do contrato de locação.

Em 2012, a Companhia realizou a 2ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, composta de 60 (sessenta) debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), totalizando, na data de emissão, o valor de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais). As debêntures terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados de 30 de novembro de 2012, vencendo, portanto, em 30 de novembro de 2017. A integralização das debêntures ocorreu em 26 de dezembro de 2012. Os recursos obtidos com a referida emissão estão sendo utilizados na plantação, extração, aquisição de madeira in natura e/ou de seus derivados diretamente de produtores de madeira para a produção de celulose, outras pastas e resinas, destinadas à fabricação de papel, breu ou terebintina. Não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e a proposta divulgada.

Emissão de Debêntures da Controlada: A Wave Participações S.A. emitiu, em 28 de maio de 2013, debêntures simples, não conversíveis em ações em série única, no valor total de R\$ 80.000 mil. O prazo de vigência das debêntures é de 5 anos e sua amortização ocorrerá em 17 parcelas trimestrais, sendo o último pagamento em 20 de maio de 2018. O objetivo desta emissão foi captar recursos que foram utilizados na reestruturação da Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A. Não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e a proposta inicial. Em decorrência de incorporação reversa incorrida em 29 de novembro de 2013, onde a controlada São Roberto incorporou a Wave Participações, o valor da debênture constante na Wave Participações passou a compor o saldo da debênture agora da São Roberto e por consequência o saldo consolidado da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (inclusive arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos, carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos, contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, contratos de construção não terminada e contratos de recebimentos futuros de financiamentos)

A Companhia não detém outros ativos e passivos relevantes, bem como qualquer operação, contrato, transação, obrigação ou outros tipos de compromissos que não estejam contabilizados ou evidenciados em suas demonstrações financeiras.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia
- b) natureza e propósito da operação
- c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não há.